

PONTIFICE UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
HISTÓRIA

FERNANDO CARVALHO DE ASSIS ARAÚJO

PALACIN: ESTUDOS SOBRE O PODER EM GOIÁS

GOIÂNIA  
2010

PONTIFICE UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
HISTÓRIA

FERNANDO CARVALHO DE ASSIS ARAÚJO

PALACIN: ESTUDOS SOBRE O PODER EM GOIÁS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da Pontífice Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Cultura e Poder

Linha de Pesquisa: Poder e Representações

Orientador: Professor Doutor Eduardo José Reinato  
(PUCGO)

GOIÂNIA  
2010

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

A663p Araújo, Fernando Carvalho de Assis.  
Palacin [manuscrito] : estudos sobre o poder em Goiás /  
Fernando Carvalho de Assis Araújo – Goiânia, 2010.  
102 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em  
História, 2010.  
“Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Reinato”.  
Bibliografia.

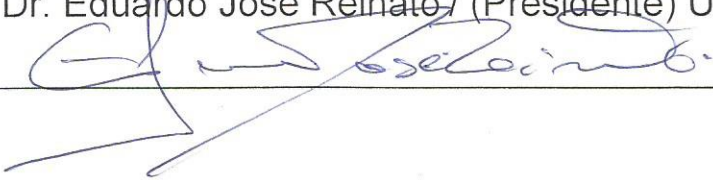
1. Palacin, Luiz. 2. Goiás – História. I. Título.

CDU 94(817.3)(043)




DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM  
11 DE JANEIRO DE 2010 E aprovada PELA BANCA  
EXAMINADORA.

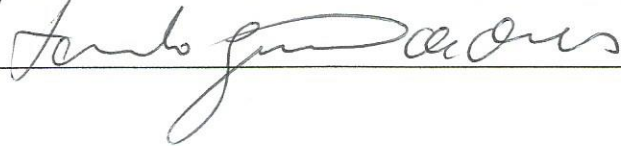
1) Dr. Eduardo José Reinato / (Presidente) UCG

  
\_\_\_\_\_

2) Dra. Maria Meire de Carvalho / (Membro) UFG

  
\_\_\_\_\_

3) Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / (Membro) UCG

  
\_\_\_\_\_

Ao meu filho, mãe e esposa.

Ao meu pai que me deixará  
durante o período de produção  
desta dissertação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus e minha família, especialmente, a minha esposa.

À Universidade Católica de Goiás pela oportunidade em estudar durante toda a minha vida acadêmica neste local de ensino.

Ao curso de Mestrado em História, em especial aos professores e coordenadores.

Ao orientador professor doutor Eduardo Reinato, pela paciência, compreensão e o apoio quando precisei.

A professor doutora Heloísa Selma Capel pelo apoio quando precisei.

O prestígio indevido da palavra “absolutismo” impediu, muitas vezes, aos historiadores perceber as numerosas mediações do poder. O mesmo, em maior grau, aconteceu com os contemporâneos ofuscados com a aparências imediatas.

Palacin

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender a produção intelectual de Luís Palacin à luz da história política e intelectual. Relacionado com a temática de poder e ideologia, tendo como fonte de pesquisa as obras: Quatro tempos de Ideologia e Subversão e Corrupção. A reflexão destas obras possibilitará perceber que Luís Palacin como um historicista procurou utilizar outras metodologias durante a sua escrita para caracterizar as relações de poder na sociedade goiana. O seguinte trabalho proporcionara uma compreensão sobre as relações de poder na sociedade goiana, luz, do pensamento de Luís Palacin, historiador espanhol, que veio para Goiânia realizar um projeto de evangelização, mas também um projeto de pesquisas serias sobre a História Goiás. Suas obras apresentam característica da nova história política, rompendo com o pensamento historiográfico tradicional. Palacin pode ser considerado um dos pioneiros em pesquisa sobre o poder e ideologia em Goiás.

Palavras – chaves: Luís Palacin, história política, poder, ideologia



## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand the intellectual output of Luis Palacin the light of political and intellectual history. Related to the theme of power and ideology, and as a source of research works: Four times Ideology and Subversion and Corruption. The reflection of these works will enable to realize that Louis Palacin as a historicist sought to use other methodologies during your writing to characterize the relations of power in society Goias. The following work provides an understanding of power relations in society Goias, light, thought of Louis Palacin, Spanish historian, who came to Goiania to undertake a project of evangelization but also a serious research project on the history Goiás His works have characteristic of the new political history, breaking with the traditional historiographical thought. Palacin can be considered one of the pioneers in research on power and ideology in Goiás.

Keywords: Luis Palacin, political history, power, ideology

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 - INTELLECTUAIS E PODER</b>	
1.1 História das ideias a uma nova história política.....	18
1.2 Dimensão do poder na perspectiva da história política.....	28
1.3 Luís Palacin Gomes: um olhar sobre o poder em Goiás.....	34
<b>Capítulo 2 – Palacin: uma análise historiográfica de <i>Quatro Tempos de Ideologia</i></b>	
2.1 Ideologia na perspectiva de Palacin: Uma História das Ideias.....	41
2.2 Palacin e uma história Política: O poder em Goiás.....	52
2.3 A Ideologia Liberal em Goiás e o olhar de Palacin sobre a revolução de 1930.....	61
<b>Capítulo 3 – Percepção de poder em Goiás: subversão e corrupção</b>	
3.1 Subversão como meio de controle a mentalidade coletiva.....	73
3.2 Corrupção sobre o olhar de Luís Palacin.....	78
3.3 Luís Palacin e o poder político .....	88
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>95</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

Professor Luís Palacin<sup>1</sup>, historiador espanhol, que viveu em Goiânia grande parte da sua vida, produziu várias obras a respeito da história de Goiás. Professor da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), em suas obras relata aspectos políticos e culturais da sociedade goiana.

Quando, em 1998, ele faleceu, lembro-me de que estava no segundo ano do curso de História da Universidade Católica de Goiás. Conheci o professor Luís Palacin da Casa da Juventude, local administrado por jesuítas, que tem como objetivo ministrar cursos para os jovens cristãos e carentes. Diversas vezes, encontrei com ele pelos corredores daquela casa. Um senhor branco, sereno, alto, envergadura já cansada, devido aos muitos anos passados.

---

<sup>1</sup> Luiz Palacin Gomez, nasceu em Valladolid no dia 21 de junho de 1927, realizou o curso secundário durante os anos de 1937 e 1944, no Colégio São José, instituição católica. Em 20 de setembro de 1944, ingressou na Companhia de Jesus, no Noviciado e San Estanislau, em Salamanca, e em 15 de julho de 1957 foi ordenado. Em 05 de outubro de 1958, chegou no Rio de Janeiro, por ordem da Companhia. Sobre a sua formação acadêmica Luís Palacin cursou nos anos de 1948 e 1954, licenciatura em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Comillas; em 1951 e 1954 licenciou – se em História pelas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostelas. Em 1954 e 1958 realiza a sua formação em Teologia na Universidade Complutense de Madri; cursou o doutorado entre os anos de 1965 e 1967. Luís Palacin Gomes chega em Goiânia na década de 1960, para evangelizar e exercer a licenciatura na Universidade Católica de Goiás e depois na Universidade Federal de Goiás. Grande parte desse período dedicou se grande parte de sua pesquisa em História de Goiás.

Luís Palacin deixou um legado cultural em suas obras históricas. Foi tema da dissertação de Rogério Chaves da Silva, intitulada: “O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luís Palacin sob o Prisma da Matriz Disciplinar de Jöhn Hüsen”<sup>2</sup>, pela UFG, que procurou pesquisar as características da produção de Luís Palacin.

Nesta dissertação, são estudadas as características e as manifestações do poder em Palacin. Para efeito da exposição, o estudo ateu-se a somente duas de suas obras: “Quatro Tempos de Ideologia em Goiás” e “Subversão e Corrupção – Um estudo da administração pombalina em Goiás”.

Realizar um estudo sobre o poder em Goiás é viável, porque resgata a memória de uma sociedade que, desde o século XVIII até os dias de hoje, presencia as disputas pelo controle do poder.

Desde a colonização do Brasil, o poder era exercido por Portugal, que estabeleceu o chamado Pacto Colonial, acordo unilateral que beneficiava somente os interesses lusos. O lema era: tirar tudo da terra conquistada para satisfazer aos interesses dos metropolitanos.

Durante a época da mineração o poder sobre as minas era exercido, em nome da coroa portuguesa, pelos bandeirantes e pelos governadores gerais que utilizavam vários meios para alcançarem seus objetivos de acumular capitais. Um desses meios, no caso de Goiás, ocorre na criação do mito do Anhanguera.

Do período Imperial até o Republicano, havia a luta dos fazendeiros pelo poder local para conseguir controlar e garantir privilégios nos órgãos administrativos do Estado. Nos tempos contemporâneos, ocorrem as disputas partidárias, para ter o controle do mesmo poder, mantendo ainda alguns e os mesmos procedimentos de persuasão para com o povo.

De acordo com Falcon, entre a história e o poder, pode-se perceber a constituição de um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história. Durante os anos que antecedem a década de 1970, a história se preocupava com o estudo dos acontecimentos, tendo como referência os documentos oficiais; após esse período, buscaram resgatar a memória, as

---

<sup>2</sup> Esta dissertação será bastante útil para analisar e compreender os escritos de Palacin, no que se refere a sua metodologia.

manifestações culturais, os sentimentos, as tendências, o que não está explícito no documento. A história passou, portanto, a ser muito mais investigativa, analisando todos os aspectos da produção humana. Assim, analisar as duas obras da produção intelectual de Palacin é um estudo dentro da perspectiva da nova história política.

Nos séculos XVI e XVII, existia uma tendência em se estudar a história oficial, que era tendenciosa para um lado ou para o outro, sempre defendendo a tendência do historiador<sup>3</sup>. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, “a Ilustração e o Romantismo, modificaram a concepção de história, acentuando ainda mais a importância do político” (op. cit., p.64), ou seja, os líderes, os senhores e os donos dos meios de produção.

Falcon ressalta que, na Ilustração, havia a divisão em dois grupos. O primeiro grupo era conhecido como antiquários, era na verdade filósofos e eruditos; o segundo grupo denominado racionais defendia conceitos como “cultura, civilização, liberdade, os historiadores eruditos (...) apesar de quase todos eles hoje desconhecidos, aperfeiçoaram o instrumental da crítica das fontes documentais” (op. cit.p.64).

No final do século XVIII e início do XIX, um a outra vertente da história chamada História Romântica apresenta algumas características tais como o estudo do Estado-Nação nas suas narrativas; uma crítica erudita dos documentos; método histórico e o conceito de história apresentando uma conexão o espírito revolucionário. Além disso, esta história romântica vai destacar a questão do povo e da nação, reforçando uma tendência eficaz na erudição e a crítica documental rigorosa.

No século XIX, o poder se torna o objeto de pesquisa para história. A partir dos anos 1870, aprofundou-se uma história positivista, que será conhecida como uma história metodológica; assim,—“o fato mais importante para nós é o de que essa historiografia levou a supremacia da história política – narrativa, factual, linear – ao seu apogeu nos meios acadêmicos em geral” (op. cit. p.66). Nessa etapa, a história política baseava-se no narrar e descrever os fatos como eles aconteceram. Falcon afirma que a “própria história política se vê então enriquecida pela inclusão de questões que, além de políticas, são também, ou antes, de mais nada, sociais e ideológicas” (op. cit. p.66).

---

<sup>3</sup> Tendência essa vinculada aos grupos que estão no controle da sociedade. Ou os chamados donos do Poder.

No início do século XX, a tendência historiográfica ficou marcada pela hegemonia da escola metódica ou positivista.

Durante as décadas de 1920 e 1930 ocorreu certo declínio na história política, pois era vista como uma história tradicional e factual. No decorrer dos anos de 1940 a 1970, a história política passou por um processo de transformações, que pode ser chamado de crise da história política tradicional. A partir de 1945, tornou-se principal alvo de estudo das correntes historiográficas e, assim, surgem novas perspectivas “abertas ao estudo histórico da política e do poder (op.cit. p.69).

A partir da década de 1970, a nova história, possibilitou o surgimento de novas tendências ou novos campos historiográficos como o poder, as instituições não-políticas, práticas discursivas.

Consequentemente, ao estudar o poder nas obras de Palacin, percebe-se que as suas obras apresentam características de história política, história das mentalidades e história intelectual.

Para a realização desta dissertação no campo da história política e intelectual, foi necessária a realização da leitura de obras referentes a essas tendências. Além de usar uma metodologia semântica, como afirma Vainfas e Cardoso:

“[...] para análises de textos em pesquisas históricas é o que um documento é sempre portador de um discurso que, [...] não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar[...] para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas a para a história de ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc.” (VAINFAS e CARDOSO,1997, p.377).

Assim, para realizar a pesquisa, Vainfas e Cardoso ressaltam que ideologia e poder estão em todo o lugar e, para identificá-los, é necessária uma metodologia adequada. Mas antes de expor os métodos utilizados nesta dissertação é bom ressaltar que a pesquisa que se fez é de natureza histórica e lingüística.

Quanto a essa metodologia, que Vainfas e Cardoso citam, que pertencem a Régine Robin, do seu livro “Linguística e História”, que diz respeito ao método de abordagem dos campos semânticos do Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloud, referente à quantificação, baseia-se na seleção das palavras mais importantes e as suas relações.

Relações caracterizadas por oposição poderiam ser classificadas da seguinte maneira: oposições formais que utilizam os prefixos anti, in, não; oposições por pares antonímicos com o sentido contrário como por exemplo liberdade versus servidão; oposição por pares morfologicamente motivados como por exemplo ordem versus desordem; oposição que aparecem em torno de uma mesma palavra como por exemplo povo em oposição a nobres ou povo em oposição a capitalista; oposições paralelas em relação as classes sociais.

As relações sociais poderiam ser classificadas de duas maneiras: relações de associação e relações de identidades. A primeira refere-se ao contexto e a segunda caracteriza se pelas diferenças nos sinônimos ou denotações, onde as identidades podem ser intercambiáveis, por exemplo, ao se referir a palavra escravo, estará presente o sentido de que é negro, etíopes, etc.

Esse método é adequado para o historiador, segundo Vainfas e Cardoso, por fornecer algumas chaves de desconstrução do texto, utilizando a quantificação.

Além desse modelo, pôde-se na pesquisa o método de Laurence Bardin, que apresenta no livro “Análise de conteúdo”, visto que na pesquisa será utilizada a leitura de duas obras de Palacin. Vainfas e Cardoso afirmam que esse método colabora na escolha das unidades de registros e de texto.

Assim sendo, uma unidade de registro é um conteúdo de unidade de base, um referencial, tema, palavra, objeto, personagem, acontecimentos, o documento.

Para se usar essa metodologia, o que será necessário é uma análise do tema, o personagem, o documento. Vainfas e Cardoso afirmam que para se utilizar essa metodologia, deve-se ter a clareza do que cada um se caracteriza. Já unidade de contexto é um meio para se compreender a unidade de registro.

“(…) a unidade de contexto diz respeito à totalidade, ao contexto histórico, as estruturas sociais e/ ou o universo simbólico no qual se insere (m) o (s) discurso (s) analisado (s). Trata-se de uma unidade arbitrária posto que extra textual, que somente o historiador pode

determinar, conforme suas opções teóricas, suas escolhas temáticas e suas hipóteses de investigação” (op. cit. p.383).

Como a pesquisa envolve história política e intelectual, será necessário realizar algumas discussões a respeito de memória, ideologia e poder.

Primeiramente, focar a importância como já fora relatado da história política, principalmente a partir da década de 1970, onde um conjunto de obras (dissertações e artigos) se caracterizando como história política. As obras em questão para análise não se afastam dessa tendência. Assim, Borges afirma que “que muitos trabalhos poderiam ser considerados, de trabalhos sobre política e ideologia, trabalhos também sobre histórias urbanas, escravidão, gênero, mentalidade, arte.” (BORGES, 1996, p. 152)

A afirmação de Borges demonstra que em vários campos do conhecimento a história política está apresentada como uma retomada, não de uma história tradicional, mas uma nova história que procura aprofundar os conhecimentos sobre o poder. Borges afirma ainda que “o poder está presente em toda e qualquer relação humana” (BORGES, op. cit.p.153). Assim, ao relatar a historiografia francesa Borges destaca no campo da política sua importância:

“o maior papel da história política deve-se ao fato de que esta traz uma interpretação global da transformação: uma história política que viria mas como mais atual vai buscar a racionalidade de uma época e de um espaço determinados na problemática própria do objeto em questão...”(BORGES, p.154).

No campo dessa pesquisa, ao analisar as obras de Palacin, é necessário verificar a dimensão da produção histórica no aspecto de ideologia, poder e práticas do poder simbólico.

Mas será necessário verificar o que é político e sua relação com o que é liberdade, no qual a política é o lugar das diferenças que leva a uma possibilidade de liberdade. Palacin, ao escrever essas duas obras, ilustra que “a ação dos homens se dá na dimensão política da história” (D’ALESSIO,2006, p.20). Essa ação dos homens,



dos funcionários reais, dos governadores, a população de Vila Boa e Meia Ponte, que estão presentes nas relações políticas.

A dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma análise das teorias de poder, iniciando com a evolução da história até a nova história política. Em seguida, verificar o estudo do poder dentro da história política. E, por último, contextualizar Luís Palacin dentro dessa história política.

O segundo capítulo apresenta um estudo da obra “Quatro tempos de ideologia”, aprofundando algumas questões levantadas pelo historiador como ideologia e política, o resgate da memória para compreender o poder em Goiás.

No terceiro capítulo, foi feita a análise da obra “Subversão e corrupção”, explanando as práticas do poder dentro da subversão e na corrupção e como Palacin relata esse fato, demonstrando as disputas de poder em Goiás.

Portanto, esta dissertação, pretende contribuir para o resgate do estudo da história regional de Goiás, no campo da história cultural, em especial sobre as relações de poder e como são utilizadas para exercer o controle social. Pretende ainda fornecer dados que propiciem aos historiadores uma reflexão do seu papel no campo da historiografia, no que se refere ao estudo do poder e suas dimensões.

## **CAPÍTULO I**

### **INTELECTUAIS E PODER**

#### **1.1 História das ideias a uma nova história política**

A história da humanidade é repleta de acontecimentos escritos ou não. Esses acontecimentos que não são escritos se tornam também objeto de pesquisa para a ciência histórica. Primeiramente, por causa da sua natureza inédita, segundo, por ser um novo campo de pesquisa do conhecimento humano de uma sociedade ou de um determinado grupo.

A História é definida como resgate da memória coletiva, resgate do passado, dos fatos e, por meio deles, o historiador desenvolve a sua pesquisa. Para o campo da historiografia, a história das ideias é muito complexa, porque se confunde com o aspecto da produção intelectual. Francisco Falcon afirma que “a história das ideias, apesar de sua imponente longevidade e prestígio, teve contra si grandes adversários: a tradição marxista e a historiografia francesa dos Annales” (FALCON,

1997, p.92). Este autor aponta duas vertentes na aproximação da história às ideias, ao afirmar:

Ao acoplarmos ideias e história a ambigüidade deste último termo permite a leitura da expressão daí resultante segundo duas claves bem diversas: como proposição ontológica que afirma a existência “real” das idéias na história (no sentido de matéria de conhecimentos históricos) e como proposição epistemológica que garante a validade de certo tipo de conhecimento histórico no qual as ideias constituem seu objeto (Op. cit., p.92).

A primeira proposição levou à criação de histórias em diferentes espaços de tempo e de lugar; a segunda baseia-se na história como objeto de pesquisa no campo da história das ideias.

A história das ideias se apresenta dentro de uma ou mais disciplinas que têm como objeto comum a ideia. Na França, o que se mais discute é a história intelectual. Falcon afirma que, durante o período da nova história, não se menciona o termo história das ideias, mas a “historiografia francesa contempla coisas parecidas como a história social das ideias, ou a história sociocultural, além, é claro, da história das mentalidades” (Op. cit., p.92). E adverte que na historiografia francesa não se encontra a história das ideias, mas sim, na historiografia alemã e italiana. Falcon afirma ainda que existem quatro tipos de disciplinas que abordam as ideias:

(1) a história das idéias propriamente dita – o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as idéias geralmente expostas em tratados filosóficos; (2) a história intelectual – o estudo do pensamento informal, climas de opiniões, movimentos literários; (3) história social das idéias – o estudo das ideologias e da difusão das idéias; (4) a história cultural – o estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades (Op. cit., p.92 – 93).

O autor afirma também que essa multiplicidade de denominações “conduziu em alguns casos a tentativa de estabelecer correspondências entre algumas delas embora nem sempre bem-sucedidas” (Op. Cit., p.93)

Baseando-se em Krieger, Falcon aborda o estabelecimento de distinção terminológica entre história das ideias e história intelectual e afirma que a distinção entre história das ideias e história intelectual

[...] incorpora na verdade uma diferença bastante antiga em termos dos conteúdos e métodos de cada uma delas. A história das idéias remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas dos portadores desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são estendidas como simples condições de existência das idéias propriamente ditas (Op. cit., p.93).

E sobre a história intelectual ele defende que

A história intelectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não – articuladas, opiniões amorfas, suposições não – ditas, além, é claro, das idéias formalizadas. [...] preocupa-se com a articulação desses temas às suas condições externas (Op. cit., p.93).

Assim, a história intelectual rompe os limites estabelecidos. Realiza um estudo de todas as práticas sociais, aproximando-se da nova história política, devido à tendência de inserção do campo cultural na produção historiográfica.

No período de 1960 a 1995, segundo Falcon, a história das ideias renovou-se e consolidou-se em virtude das novas tendências que ocorreram na historiografia ocidental.

Essa renovação e consolidação, nos dizeres de Falcon,

[...] fez-se acompanhar também de uma relativa diversificação disciplinar: nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha ela se traduziu no aparecimento da New Intellectual History com suas várias tendências metodológicas, enquanto que na França, mas também nos

EUA surgiu a História Social das Ideias ou História Sociocultural. “Ainda na França, as ideias ocupam lugar privilegiado na ‘História das Mentalidades’ (Op.cit., p.113).

Ainda nesse período, ocorreram modificações no campo da história das ideias. Essas mudanças vieram dos inúmeros questionamentos dos pós-modernos, pós – estruturalistas e pós – marxistas pertencentes a outro campo do conhecimento como filosofia, linguística e teoria literária. Falcon (1997) afirma ainda que, no caso da história das ideias, o impacto foi muito profundo no período de 1960 a 1995, e que, para a reconstituição da história das ideias, são necessárias duas abordagens: uma analítica e outra classificatória, conhecida como tipológica.

No primeiro tipo, existe uma diferenciação mais ou menos profunda, conforme o caso, entre os historiadores que trabalham com algum conceito de ideologia e aqueles para os quais estes conceitos devem ser descartados ou, pelo menos, esvaziados de suas conotações (marxistas / tradicionais) (Op. cit., p.114).

Esse conceito de ideologia estará presente no estruturalismo genético, no estruturalismo marxista de Althusser e Poulantzas, na sociologia histórica de Skocpol e marxismo britânico de Thompson, Hill, Hobsbawn; e os historiadores analistas como Mandrou e Duby. Além dos historiadores que apresentam um conceito de ideologia, existem os que não o utilizam e, em substituição a esse termo, usam o termo mentalidade. Falcon, afirma que

O conceito-chave é então o de representação (Chartier) e as idéias/ideologia ingressam na ordem dos processos simbólicos (Bourdieu) – a história das ideias cede lugar à história sociocultural, o mesmo ocorrendo com as mentalidades (Op. cit. p.114).

Nesse segundo tipo de historiadores das ideias podem-se citar os trabalhos de Michael Foucault. De acordo com Falcon, “Foi com Foucault que tiveram início muita das novidades que ainda encantam e irritam os historiadores das ideias” (Op.

cit., p.115) e ressalta que, na obra “Arqueologia do Saber” Foucault apresenta uma história econômica e social - quantitativa. Além de Foucault, J.Bachelard e G. Ganguilhem, esboçam outra história “descontínua, múltipla em suas ‘redistribuições recorrentes’ e com transformações que valem como novas fundações” (Op. cit., p.115).

Nos anos de 1970, surgem várias tendências para a história das idéias, principalmente com o prestígio do marxismo estrutural de Althusser, além do aumento do prestígio da hermenêutica de Gadamer e Ricoeur que apresentam uma nova retórica na história.

Segundo Falcon (1997) é necessário encarar com um ceticismo a tendência anglo-saxônica de identificar nos anos de 1960/1970 um período de consolidação da Nova História Intelectual, como campo para o estudo da compreensão da “vida mental em seus múltiplos níveis e formas no interior de um mesmo universo discursivo” (Op. Cit.117).

Falcon ainda afirma ser Krieger quem estabelece essas conclusões sobre a Nova História Intelectual, e que nela existe absorção de outras disciplinas e a noção de descontinuidade.

No entanto, Falcon afirma que Krieger,

Tal como todos que abordam o mesmo tema, reconhece a enorme verdade de concepções e tendências que se abrigam sob o rótulo de Nova História Intelectual. Em comum ficariam apenas a certeza de que as idéias desempenham um ‘papel diferente’, possuem uma ‘relevância social’ específica e a descontinuidade constitui um pressuposto básico (Op.cit. p. 117).

Essa nova História Intelectual na tipologia de Krieger apresenta três grandes grupos. A tipologia de Krieger compreende três grandes grupos:

[...] (1) os grupos dos historiadores “sociointelectuais”; (2) o grupo dos historiadores que acoplam ou justapõem idéias a algum tipo de contextualização; (3) os historiadores “internalistas” que recusam ou ignoram a necessidade ou importância de referências “extratextuais” para o estudo das idéias (Op.cit, p.118).

O primeiro grupo que se refere à história sociointelectual, tem como objetivo resgatar o papel histórico das ideias. Os historiadores que se destacam são os franceses da terceira geração dos *Annales* como Chartier e Furet, os norte-americanos Darton e Burke, e aqueles que fazem parte da micro história como Ginzburg, Foucault, Bourdieu; é uma sociologia histórica da vida intelectual e da cultura em geral no estudo das práticas e representação dos meios sociais.

O segundo grupo busca diferenciar ideias e circunstâncias comportamentais, como sendo dois níveis independentes da realidade histórica, e que as relações são o problema que o historiador deve resolver. Falcon (1997), citando Febvre e Mandrou, afirma que foram os dois os pioneiros no campo da “psico-história” que se baseia na hipótese da existência de estruturas e configurações psíquicas cuja historicidade ou eternidade são na verdade o *nó* das discussões entre historiadores e filósofos. (Op.cit. p. 118

Para Falcon, o estudo feito pelos membros desse segundo grupo é o que relaciona ideias e comportamentos de acordo com o que se classificam classes intelectuais – grupo que tem a função de produzir e difundir ideias (Falcon, 1997). Para efeito de estudo, Falcon ainda, apresenta duas abordagens, uma da

[...] elite intelectual se passa a todos os produtores intelectuais identificáveis pessoalmente ou não, de preferência quando ligadas a alguma instituição; (2) a seleção de grupos intelectuais conhecidos e coletivamente ativos, corporativos em certos casos, nos quais o historiador busca a relação entre idéia e *status* social, princípios e ação social etc. (1997, p.118 - 119).

O estudo da história das ideias, intelectual, cultural constituem correntes dentro de uma expansão da oficina da história. Portanto, a história das ideias, vai se aproximar da história política à medida que levanta questionamento a respeito de poder/ideologia e suas representações.

A história é uma constante produção intelectual, é contínuo reescrever da história. Schaff (1991) ressalta que, para se reescrever a história, existem duas

concepções: “(1) a reinterpretação da história é função das necessidades variáveis do presente:(2) a reinterpretação da história é função dos efeitos dos acontecimentos do passado emergindo no presente” (Schaff, 1991, p. 270).

Schaff, (1991) compara a interpretação da história à interpretação de uma tela, um quadro, do qual o historiador faz uma leitura, de acordo com a sua visão do presente, portanto, um historiador terá vários olhares num mesmo objeto.

O campo de interesses se desenvolve a partir dos fatos históricos, que fazem com que o historiador realize uma seleção de documentos (escritos, visuais, orais) para a pesquisa, em função do presente. De acordo com Schaff,

[a história] é necessariamente escrita a partir das posições do presente, pois que é este quem decide o que se considera como importante e, portanto, fornece os critérios de seleção. Daí a defender a reinterpretação constante da história, é um pequeno passo: (...) a história é função dos interesses do presente ou – como escreve N.M. Prokovski – é a política atual projetada sobre o passado. (SCHAFF,1991, p.271)

Schaff, afirma ainda que, para se reescrever a história, é necessário que os acontecimentos do passado variem no decorrer do tempo, ou seja, a percepção muda em relação aos fatos históricos, criando uma nova imagem da mesma história. E, concordando com Popper, afirma que é obrigação de cada geração, segundo as necessidades, realizar uma interpretação da história. Sendo assim, a imagem histórica muda de acordo com os critérios de seleção.

Pode-se concluir que, para o estudo da produção intelectual, se faz necessário verificar o contexto de uma época, procurar escutar as vozes do presente que clamam por uma mudança de pensamento.

Essas vozes do presente é que a memória busca como um meio para refletir o presente, realizando um resgate da história. Como exemplo, o pesquisador Borges (1995), ao analisar a historiografia brasileira procurou voltar sua atenção à produção de Emília Viotti da Costa, que, em seu trabalho, apresentava uma profunda presença de história política. Borges afirma ter percebido



{...} que muitos trabalhos poderiam ser considerados além de trabalhos sobre política e ideologia, trabalhos também sobre história urbana, escravidão, gênero, mentalidade, arte, ou seja, tratavam de um objeto que poderia ser colocado sob mais de uma rubrica. Isso a meu ver deixava clara tanto uma dificuldade de compartimentação da história em diferentes níveis, áreas, etc., quanto à esfera do político (BORGES, 1995, p.152).

Durante um bom tempo, o estudo de história política ficou muito desacreditado, principalmente no período de hegemonia do positivismo. Julliard (1988), em sua obra a “Política”, afirma ter a história política má reputação entre os historiadores franceses e destaca entre os historiadores que a condenam, March Bloch, Lucien Febvre e até ele mesmo. Julliard ainda afirma que a história política

[...] confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente o mais aparente, o mais altamente colocado, é que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do espectador (JULLIARD, 1988, p.181).

Julliard defende que a história política é ignorada porque só existe uma história social. Afirma ainda ser a história uma produção intelectual que, mesmo sendo ignorada, se apresenta em outras áreas do conhecimento. Segundo Julliard, alguns historiadores demonstram certa desconfiança em relação à história tradicional, classificada como história factual e assim a têm confundido com o termo política. O autor defende que a história política não é apenas uma história factual.

A concepção clássica de história política é aquela que fica presa a uma historiografia positivista. Segundo Rosanvallon (1995), essa história mudou o seu conceito e ao tratar sobre história política, esse autor afirma que “o declínio da história política tradicional também foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e, sobretudo, da sociologia política” (1995, p.10).

A história política é o relato dos acontecimentos de um grupo social, e não mais de um indivíduo. É a evolução das racionalidades políticas, vinculada a um sistema de representação que orienta o rumo dos acontecimentos. Nos dizeres de Rosanvallon (1995) é história política,

[...] na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação [...] é história conceitual porque é ao redor de conceitos- a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das instituições e o princípio de sua ativação (Op. cit., p. 16).

O estudo de representação dentro da história política é essencial, constituindo assim, outro foco para discussão. Nas ciências humanas, discute-se muito o termo representação por ser um termo ambíguo. “A representação faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”. (GINSBURG, 2001, p. 85)

Nem tudo que é representado tem que ser visível, mas pode ser descrito, contado, relatado. Ginsburg (2001), quando se refere à representação, ressalva que é uma realidade ausente. Neste aspecto afirma que “os críticos do positivismo, os pós-modernistas céticos, os cultores da metafísica da ausência, volta e meia encontraram o termo representação” (Op. cit., p. 85).

Esse termo que está ligado ao uso de imagens resgata a memória coletiva de um povo. Por exemplo, a estátua do Anhanguera, na Avenida Goiás, em Goiânia, é um tipo de representação política de uma figura do Estado ou meio de se resgatar a memória da sociedade goiana.

O uso de bustos, quadros, fotografias, é meio de representação de uma sociedade. Ginzburg afirma ser ritual de representações que estão presentes em todo o globo, o que muda é a representação no imaginário de determinado grupo social. O estudo de história política está composto de conceitos de representação do imaginário.

A História Política, durante muito tempo, se dedicava ao estudo da figura do Estado, do poder, das disputas pela conquista do poder e conservação de suas instituições. Primeiramente, porque o estudo é mais fácil por basear-se em fatos

oficiais. Segundo, por que esses fatos sociais são classificados e conservados e assim acessíveis. Essa história refletia o brilho do Estado e suas práticas.

No Antigo Regime, ilustrava a glória da soberania e a monarquia. No século XVIII, essa história mudou o seu objeto, deixando de focar-se na figura do soberano e tomando a defesa do Estado e da nação. Diante desses acontecimentos, um grupo de intelectuais na França iniciou uma discordância para com essa história. Segundo Remond, “A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política” (REMOND, 2003, p. 15-16).

As críticas à história política eram muitas, principalmente as vindas da nova história como é apresentado por Remond:

[...] a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças tecnológicas e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças de identidade dos detentores de um poder, cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas. (Op. cit., p. 16)

Foi através das críticas que a história política começou a sofrer várias mudanças, principalmente quanto ao seu objeto de estudo. Remond (2003) afirma que, a partir da década de 1960, ela começa a sofrer uma renovação, que a levou a tornar-se referência na historiografia francesa.

Para Remond, “[...] a renovação foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais” (Op. cit., p.26). As novas gerações de intelectuais iriam mudar essa história política, Remond ao utilizar Seignobos, afirma que

[...] acentuou a constância, na superfície do território, da divisão direita-esquerda através das vicissitudes políticas, mudanças de regime, flutuações aparentes da opinião pública. [...] em compensação, ninguém se espantará ao me ver citar em seguida o nome de André Sigfried, que todos concordam em considerar o pai da geografia eleitoral. [...] Albert Thibaudel, crítico literário de profissão, mas também grande conhecedor da história e da geografia, e que degustava a política como se degustam os vinhos (Op. cit., p. 27 -29).

Remond (2003) ainda afirma que foram os intelectuais que fizeram com que ocorresse a reformulação da história política. Essa “renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas” (Op. cit., p.29).

A história política passa a ser interdisciplinar, tendo contato com outras disciplinas. Conclui-se que a história política se pode isolar, mas tem certa abertura para as outras áreas do conhecimento que colabora para um estudo vinculado à história das mentalidades e principalmente, à história das ideias.

## **1.2 Dimensão do poder na perspectiva da história política**

A história política passou por um conjunto de reformulações, mas o estudo do poder e sua representatividade na sociedade continuam sendo um caminho para uma análise mais aprofundada. O poder é um dos objetos significativos para a história política, principalmente porque vive-se muito próximo desse poder.

O poder inicia-se dentro dos laços de família para a sociedade. Poder que resume quem pode fazer o que quiser, onde quiser. Na história antiga, medieval, moderna, contemporânea, estudam-se as práticas do poder. No Brasil, a prática do poder do senhor sobre os escravos. De acordo com Pierre Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a

cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo exercem. (BOURDIEU,2007, p. 7-8)

Bourdieu (2007) afirma que o estudo do poder faz com que surjam os sistemas simbólicos, dentro da arte, da religião e da língua como estruturas. Os sistemas simbólicos, vistos como estruturas, são passíveis de uma análise estrutural.

Esta análise vinculada a uma metodologia neo-Kantiana. Bourdieu, ao citar Panofsky, afirma que “os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação” (Op. cit. p.10).

Portanto, ao analisar os sistemas simbólicos como instrumentos de poder, Bourdieu afirma que são como “instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica. [...] (Op. cit., p. 9-10)

Os símbolos, de acordo com Bourdieu, são instrumentos de dominação. Assim, os símbolos apresentam uma função, por exemplo, o estandarte da coroa portuguesa na região das minas goianas, para representar o poder de Portugal. Portanto, as produções simbólicas são criações para satisfazer os interesses das classes dominantes. Bourdieu, afirma que a ideologia é um produto coletivo, para satisfazer esses interesses ou de uma cultura dominante.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominantes; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Op. cit., p.10).

A ideologia faz com a que a cultura valide as diferenças e também possa reunir essas diferenças, como um mecanismo de atuação do poder. Outro meio de controle do poder e sua manifestação se dá por meio da comunicação. “Relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico

acumulado pelos agentes [...] envolvidos nessas relações [...] podem permitir acumular poder simbólico” (Op. cit., p.11)

Essas produções simbólicas que representam a manifestação do poder se confundem dentro do campo da ideologia. Bourdieu, afirma que as ideologias

[...] devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da circulação, quer dizer, às funções que eles cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada [...] em segundo lugar e por acréscimo, para os não especialistas [...] as ideologias [...] devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes [...] mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo da produção (Op. cit., p.13).

A história política preocupa - se em estudar essas formas de poder para compreender as relações sociais dentro da sociedade, como é apresentado nos livros de Palacin, de maneira cautelosa e metodológica.

Não foi somente Bourdieu que realizou estudo sobre o poder no campo da história. Além dele, podem-se mencionar os trabalhos dos historiadores do poder e da política como Geertz (1973), Sahlins (1985), L. Dumont (1966 e 1977), Balandier (1980) e Michael Foucault (1979).

O estudo do poder se enquadra principalmente dentro do processo de renovação da história política. De acordo com o que foi dito sobre o assunto, é importante ressaltar ainda dois grupos que surgem desse processo de mudança, que se formaram no decorrer da reestruturação da história política. De acordo com Falcon (1997), existem grupos moderados e radicais.

Estes últimos merecem mais atenção:

“Radicais, do nosso ponto de vista, são as interpretações que conduzem o historiador a subsumir a política na esfera do poder, de modo que se perde de vista quase por completo sua autonomia, ainda

que relativa. Por outro lado, como muitas das abordagens do poder remetem ao problema de suas determinações sociais, a tendência passa a ser substituir a história política por algum tipo de história das formas de dominação não vindo ao caso se baseada na matriz teórica marxista, weberiana ou outra qualquer. No extremo deste radicalismo situa-se a pulverização do poder e sua redução a efeitos de sentido produzidos em função de práticas discursivas específicas.” (FALCON, 1997, p.76)

Em contrapartida, existe a tendência moderada, que visa resgatar a legitimidade da história política. Essa tendência modera volta a se desenvolver em torno dos anos de 1970, apresentando três direções:

[...] (1) marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidas tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir novos e mais modernos objetos (FALCON, 1997, p.74).

A nova história política surge como meio para se discutir de maneira interdisciplinar os fatos da sociedade. No campo intelectual, essa nova tendência irá marcar os anos de 1970 e 1980. A respeito desse período de legitimação do novo, Falcon afirma que:

Reconhece-se que é fundamental que o historiador político passe do estudo institucional do Estado para o estudo do poder; e também que devem ser eliminadas as pseudo questões tradicionais – como a do conceito de soberania. O essencial é o conceito de acontecimento político a ser revisto, ponto de partida para uma história política compreensiva [...] embasada em conceitos como sistema partidário, períodos críticos, além de maior abertura aos elementos culturais tidos até aqui como extra política. A concepção plural do público

[...] e as perspectivas promissoras do conceito de cultura política [...] (FALCON, 1997, p.79-80).

Essa mudança da história política vai ocorrer de maneira concreta na historiografia brasileira a partir dos anos de 1970. Antes no Brasil “predomina a historiografia política e esta é constituída em sua quase totalidade pelo modelo que denominada de história política tradicional” (Op. cit., 1997, p.81).

Falcon ressalta que esse período de 1970 tem como objetivo ilustrar o efeito da renovação da história política. Defende que esse período “atende perfeitamente aos nossos objetivos: as promessas de renovação e mudança, da sociedade e da historiografia” (Op. cit.,1997, p.81).

No início da década de 1970, começam em todo o globo, uma avaliação crítica sobre historiografia brasileira. No Brasil, essas críticas iram encontrar espaços em eventos diversos como encontros e simpósios. Falcon destaca os seguintes:

“I Encontro Internacional de Estudos Brasileiros (USP/IEB, 1971), no XXIII Reunião Anual da SBPC (Curitiba, 1971), no III Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos Históricos (Campinas, 1972), além de debates ocorridos nos simpósios nacionais da ANPUH, realizados em 1971 (Goiânia) e 1973 (Belo Horizonte) (FALCON,1997, p.82).

Em 1970, existe uma preocupação em várias abordagens quanto ao estudo do poder. Uma abordagem, que se refere à história tradicional e outra à história renovada. De acordo com Falcon (1997), antes de 1970, o termo poder aparece na historiografia somente quando se faz referência ao Estado, mas, a partir de 1970, os historiadores foram procurando outros meios para enfatizar o estudo sobre o poder. “Os historiadores foram encontrando ou criando meios e modos de diferentes lugares e sob as mais variadas formas, introduzir, ao lado da crítica, aquela história eminentemente política, novos métodos, abordagens, e, sobretudo, novos objetos” (FALCON, 1997, p.82).



Falcon (1997) afirma que “história regional é história política e também o fato de que as biografias e as histórias administrativas são mais políticas do que qualquer outra coisa” (1997, p.85). Portanto, a partir dos anos de 1970, a história política renovada ou nova história política toma o seu espaço dentro da historiografia brasileira.

No período, de 1980 a 1989, presenciou-se um grande aumento na produção em história regional, com temas sobre história social, econômica e política. Assim, Falcon ressalta que:

[...] uma história política entendida em bases tradicionais e desvinculada da problemática bem mais abrangente do poder: a seguir, a exclusão de todos os trabalhos cuja autoria ou locus acadêmicos de sua produção não possam ser identificados/reconhecidos como sendo de história. Se tivermos presente o fato de que a renovação da história política em outros centros culturais passou e passa necessariamente pelo diálogo do historiador político com a sociologia, a antropologia e a ciência política; se lembrarmos também que essa renovação teria sido impensável se a redefinição havida em função da problemática do poder ficará evidente que, para detectarmos mudanças e inovações, é essencial sair do território do historiador tomado em seu sentido exclusivo. Caso contrário, iremos encontrar apenas o velho recitativo que constitui a história política tradicional, tal como definiram, e criticaram, os *annalistes*. (FALCON, 1997, p.88).

Nos encontros seguintes da ANPUH, se encontram os mais variados trabalhos de história apresentando a problemática do poder, em debates, simpósios, mesas – redondas. Conclui-se que a história política e o poder se complementam dentro do processo histórico, não mais uma história do poder de caráter tradicional, mas uma história do poder de tendência renovada.

### 1.3. Luís Palacin Gomes: um olhar sobre o poder em Goiás

*Há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história (...) outro olhar que indaga dos números mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico.*

FALCON

O olhar sobre as manifestações do poder é um caminho a ser seguido pelos historiadores contemporâneos, identificando de que maneira o poder se manifesta dentro de uma sociedade. No Brasil, vários historiadores, como Sérgio Buarque, Caio Prado Junior, entre outros, promoveram estudos com o objetivo de relatar os fatos reais da sociedade brasileira, buscando uma identidade.

Esse olhar que depende da perspectiva pela qual se verifica o processo histórico é um resgate da memória de uma sociedade; A memória que, de acordo com Nora (1993), não existe mais. A curiosidade sobre os acontecimentos, sobre os fatos passados estão esquecidos.

Nora estabelece ainda que essa falta de memória ocorre por causa da Revolução Industrial e, hoje, no mundo globalizado, a internet e outros meios de comunicação fazem com que a memória seja “esquecida”<sup>4</sup>. Tudo é muito rápido, passa tão rápido, que não dá tempo para se parar e observar os acontecimentos, para se resgatar a memória.

Nora (1993) afirma que a memória é transportada para a história no momento em que a

---

4

Grifo do autor.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessíveis, vulnerável a todos os usos e abusos e manipulações [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1993, p. 9).

A memória é um fenômeno atual, dentro de um eterno presente; por outro lado, a história é a representação do passado, um resgate dos fatos que ocorreram num determinado período de tempo, é uma operação intelectual e que demanda análise e discurso crítico. Por exemplo, Luís Palacin, que exerce esse esforço em realizar uma pesquisa em história sobre a história Goiás.

A história tem a sua evolução através dos intelectuais, cronistas, literatos desde a Idade Média (NORA, 1993) até os dias de hoje, realizando assim um exercício da memória, exercício, esse que vai encontrar na França<sup>5</sup> que apresenta uma definição da história. E que essa história, deve ser crítica, e que passou por um processo de evolução dentro dela mesma, desde o positivismo até a nova história.

Nora (1993) compreende que o historiador tem uma responsabilidade nacional, de realizar um resgate da memória. Em Goiás, na década de 1960, esse olhar historiográfico em especial sobre o poder se realiza através de Luís Palacin. Esse historiador que se fez portador dessa boa nova em suas obras. Silva (2006)<sup>6</sup> relata que “com formação superior no curso de história concluído em 1954 na Universidade de Santiago de Compostela, Palacin chega a Goiás na década de 60, para iniciar o seu apostolado” (2006, p.70).

---

<sup>5</sup> “A influência francesa aparece nos escritos Palacinianos, de acordo com Rogério”<sup>52</sup> Essa constatação foi se construindo à medida que li essa obra de Palacin. As colocações feitas por seus contemporâneos foram posteriores a essa conclusão, desta forma, apenas ratificou a percepção que tive no contato com a obra palaciniana. Além disso, é necessário esclarecer também que não pretendo classificar Luís Palacin monoliticamente, no interior de uma escola teórica ou historiográfica, ou engessá-lo em qualquer dos “ismos”, pois esse historiador “bebeu” em diversas fontes: trabalhou com uma vertente marxista ao aplicar o conceito de “consciência possível”, de Goldmann, ao pensamento do Padre Antônio Vieira (“Vieira e a Visão Trágica do Barroco”); analisou Padre João, nas Revoluções de Boa Vista, a partir da categoria weberiana de “carisma”; meu propósito é demonstrar que naquele período, quando da elaboração de sua tese de livre-docência, Palacin foi influenciado pela Escola dos *Annales*.” (2006, p 72).

<sup>6</sup> SILVA, Rogério Chaves. O JESUÍTA E O HISTORIADOR: A produção historiográfica de Luís Palacin sob o prisma da Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen. 2006.198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006)

Na Universidade Católica de Goiás, Luís Palacin é professor e pesquisador na área de história, em especial de historiografia de Goiás. Silva apresenta ainda a formação intelectual de Palacin:

[...] especialista em História Moderna, com conhecimento acumulado nas áreas de Teoria da História, Filosofia e Teologia, Palacin rastreou fontes históricas sobre o passado colonial de Goiás, adentrando arquivos portugueses e brasileiros, manuseou cartas oficiais, documentos de Estado (ROGÉRIO, 2006, p. 71).

Segundo Silva (2006), Luís Palacin usava a Escola dos *Annales* e principalmente a influência de Fernand Braudel, também diz que Palacin “demonstra um aspecto que caracterizou sua carreira como historiador: o rigor na pesquisa empírico. cit., 2006, pag. 72) Essa característica de Palacin empirista se observa na obra escrita em coautoria com Maria Augusta de Sant’ Anna Moraes, intitulada “História de Goiás”, em que relata as formas do poder em Goiás.

Segundo Palacin e Moraes, as formas de poder nas posses de uma minoria que se caracteriza em que uma “antiga nobreza, concentrava todo o poder e quase toda a riqueza. Os cargos administrativos superiores eram a nomeação da Corte. [...] Então ser rico, mineiro poderoso era possuir 250 escravos ou mais” (MORAES e PALACIN, 1994, p. 36).

Palacin faz uma comparação da nobreza durante a modernidade com a posição social dos mineradores que eram donos das minas em Goiás. Quando Palacin e Moraes (1994) relatam sobre a propriedade em Goiás afirmam que no estado inteiro

[...] continuava dominando a grande propriedade rural, o latifúndio. Isso era uma decorrência ainda do sistema de sesmarias provenientes do tempo colonial e continuando durante o Império [...] A falta de mercado e de uma economia contribuía para fortalecer o sistema latifundiário; só as grandes fazendas podiam vender algum excedente. (PALACIN e MORAES 1994, p. 94)

Em Goiás, desde o período colonial, quem dominava as terras e as minas tinha o poder local, característica essa que perdura até os anos de 1930. Palacin tem a preocupação metódica de relatar como se apresentam as instâncias do poder. Outro trecho da obra que demonstra a representação do poder é o seguinte:

No aspecto político, [...] o governo tinha sua autonomia bastante reduzida pela prepotência dos coronéis no interior. Quase poderíamos afirmar que o governo só exercia sua jurisdição plenamente na capital, os coronéis, o vigário e o juiz [...] eram mantenedores da ordem social (Op. cit., 1994, p. 96).

Palacin apresenta o poder do Coronel nas regiões goianas, tal manifestação vai ao encontro da obra “Quatro Tempos de Ideologia” e em outra obra intitulada como “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás”, que apresentam as manifestações do poder representado pelas famílias que gerenciavam os órgãos políticos e administrativos de Goiás como os Bulhões e os Caiados.

A história do poder em Goiás é apresentada por Palacin de acordo com um olhar crítico e metódico sobre as formas que se manifesta o poder através de órgãos do governo. Balandier (1982) afirma que “por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores” (1982, p.5). Os donos de terras, os mineradores, os representantes de governo manipulam as formas de poder. Palacin afirma ao utilizar de Gouveia que:

[...] os governadores eram como reis e Fonseca pensava que até semideuses. O Pe. Vieira, no século XVII, julgava o seu poder simplesmente monstruoso, e Saint Hilaire, falando de Goiás, dizia que os governadores, até a chegada da família real, gozavam de um poder praticamente ilimitado (PALACIN, 1976, p.140).

Essa representação do poder, comparando como semideuses, como seres intocáveis que não poderiam perder o seu prestígio, sua posição social, que detinham

poderes sobre todos no Brasil Colônia, esse poder que, em Goiás, Palacin apresenta de certa maneira absoluto. Palacin ainda afirma que o poder dos governadores poderia ser ilimitado e arbitrário.

Este juízo, tão falso como apaixonado, dos contemporâneos, fundamenta-se no equívoco de não distinguir entre o poder ilimitado - que nenhum governador teve, nem nunca pensou ter - e poder arbitrário, que sem ter os governadores podiam algumas vezes cair na tentação de exercer (PALACIN, 1976, p. 140).

Palacin afirma ainda que o poder dos governadores,

[...] longe de ser ilimitado, estava submetido a toda classe de limitações legais umas, que restringiam seus poderes, outras de fato, impedindo o exercício real de sua autoridade. [...] A existência e o reconhecimento de uma ordem legal significavam exatamente o contrário do poder ilimitado e, neste ponto, a sobrevivência de muitos direitos pessoais e de classe, próprios do direito estamentário, dificultavam, ainda mais, o exercício da autoridade [...] a força real dos governadores encontra-se naquele ditado 'de Roma vem, a Roma vai' (op. Cit. p.141).

É interessante analisar que esse poder do governador, é semelhante à representação feita por Balandier (1982), quando narra sobre o poder estabelecido:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada, o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional (BALANDIER, 1982, p.7).

No caso de Goiás, a historiografia de Palacin sobre o Poder, narra esse uso da força que ora pode ser utilizada pela razão e ora pela força. Como podemos verificar em “Quatro tempos de Ideologia” e em “Subversão e Corrupção”.

Outra característica que Palacin apresenta sobre o poder vai ao encontro do pensamento de Foucault: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 1979, p.8)

Esse poder é o que, em Goiás, os governadores, latifundiários e mineradores sentiam e praticavam; um poder que fica representado numa ideologia criada desde o processo de colonização.

Portanto, as relações de poder em Goiás estão presentes dentro de um contexto histórico pré-estabelecido. Na história do Brasil para efeito didático procura – se fazer uma periodização como Brasil Colonial, Império e República. Já para estudo da história de Goiás é subordinada a essa periodização didática. Portanto, para o estudo do poder em Goiás, Palacin procurou fazer uma periodização do período Colonial até Revolução de 1930, tendo como referência periodização nacional, o estudo do poder em Goiás.

A escrita palaciniana vai ao encontro do pensamento de Foucault que afirma que “poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (Op. cit. 1979, p. 71). Na história de Goiás em todos os aspectos da sociedade goiana desde o grupo familiar ao grupo político.

Na obra “Quatro Tempos de Ideologia”, Palacin propõe representar o poder em vários aspectos na sociedade goiana, utilizando da ideologia para justificar o poder que é imposto à comunidade goiana, essa ideologia que é um domínio público através da propaganda política utilizando para manter no poder as classes superiores.

Em “Subversão e Corrupção”, Palacin procura representar o poder durante o período correspondente aos déspotas esclarecidos, como marquês de Pombal, ilustrando como era a administração pombalina, como eram apresentados os jogos de interesses pelo poder, principalmente os interesses da Metrópole para com a Colônia, em especial em Goiás.

Portanto, esse estudo da representação do poder em Goiás, utilizando as obras de Luís Palacin, possibilita uma contribuição cultural para compreensão da formação da sociedade goiana.



**CAPÍTULO 2:**  
**PALACIN: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE “QUATRO  
TEMPOS DE IDEOLOGIA”**

**2.1 - Ideologia na perspectiva de Palacin: Uma História das Ideias**

*Estas formas coletivas de pensamento,  
que aqui denominamos de ideologias ou  
visões de mundo, constituem hoje, na verdade,  
a última fronteira inexplorada dentro do  
universo de história.*

*PALACIN*

A obra “Quatro tempos de Ideologia” foi publicada em 1986, no formato de um ensaio, que tinha o objetivo de realizar uma pesquisa em torno da história das ideias na sociedade goiana. Nas obras “Quatro tempos de Ideologia e Subversão e Corrupção”, Palacin procura trazer à tona uma reflexão sobre a história das ideias e,

respectivamente, o estudo das relações de poder na sociedade goiana que se formou durante o período do século XVIII ao século XX.

Em “Quatro tempos de Ideologia”, o autor apresenta de maneira metódica sua preocupação em estabelecer uma periodização ou caminho que irá percorrer durante a redação da sua obra.

Essa periodização vê-se concretizada na divisão dos capítulos. Assim, no Capítulo – 1, os tempos heroicos: o momento épico de Goiás (1722 -1749), Palacin procura analisar as influências do mito com o fato histórico, como meio de manipulação da população por meio da influência da classe dominante. No capítulo – 2, Ideologia da administração colonial (1749 -1822), demonstra como se manifesta essa ideologia nas relações de poder em Goiás. No capítulo – 3, Ideologia Liberal (1822 – 1840), procura ilustrar de que maneira se manifestou a ideologia liberal em Goiás e, por último, no capítulo – 4, Ideologia da Revolução de 30, Palacin prefere fazer um relato dos acontecimentos do período e de como ocorreu a influência dessa revolução na mentalidade do povo goiano.

Outra característica da obra é a preocupação que tem o autor de mencionar a palavra Ideologia. Na introdução, a palavra ideologia é mencionada, cerca de quatorze (14) vezes no sentido de ideia e uma vez como sinônimo de mentalidade, esclarecendo que em cada período relatado no livro a palavra ideologia apresenta um sentido diferente.

Esse termo de ideologia se caracteriza para mostrar como é exercido o controle do poder pelos grupos dominantes. O autor procura enfatizar de que maneira a ideologia vai se manifesta na mentalidade coletiva do povo goiano.

Tal recurso, de acordo com Falcon (1997) se refere à mudança de atitude do historiador. Essa mudança pode ser classificada como consciência possível ou consciência histórica, de acordo com Rüsen (2001): “a consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo” (p. 29). Comparando com a escrita palaciniana, é um meio para se evitar um choque com as instâncias do poder local, dentro de um determinado espaço de tempo.

Palacin, ao conceituar a palavra ideologia, afirma que ela apresenta vários sentidos e que “[...] do domínio seletivo da pesquisa, passou a ser um termo de domínio público; de instrumento de análise científica, tornou-se instrumento de propaganda política” (PALACIN, 1986, p.07).

Segundo o historiador, a palavra ideologia ganhou um grande espaço no campo da sociedade, mas o seu significado se perdeu. Portanto, propõe que o termo ideologia deva ser resgatado “primeiro dessa carga negativa de ressentimentos que foram depositando nele as polêmicas dos últimos cinquenta anos” (Op. cit. P. 07). Esse ressentimento surge devido o termo está sempre usado por uma determinada classe dominante, ou seja, aqueles que exercem o poder dos meios de produção sejam econômicos e culturais.

Palacin ainda afirma que o sentido de ideologia é aquele atribuído à mentalidade de um grupo social ou classe social. O historiador procura justificar sua teoria citando Goldman<sup>7</sup>, filósofo francês da teoria marxista, que apresenta a teoria da visão de mundo. Em seguida, Palacin utiliza Althusser<sup>8</sup>, outro francês, que conceitua ideologia como “um sistema (com sua lógica e rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, segundo o caso) dotadas de uma existência e de um papel histórico dentro de uma sociedade determinada” (Op.cit. p. 07). Ainda na introdução de “Quatro tempos de Ideologia”, procura, ao utilizar a análise do historiador francês Duby<sup>9</sup>, identificar as características da ideologia:

a) caráter globalizante, pretendendo oferecer a visão do mundo completa de uma sociedade; b) tendência deformadora desta visão, devida à seleção unilateral dos fatos e das interpretações possíveis da realidade; c) coexistência de várias ideologias conflitantes entre - si – consequência lógica de suas limitações e simplificações deformadoras; d) função estabilizadora, própria não apenas das ideologias conservadoras, mas também das revolucionárias, enquanto propõem uma certeza e uma meta final; e) em ambos os tipos, referência necessária a um futuro mais promissor (as ideologias são ‘portadoras de esperança’), o que as coloca inevitavelmente em confronto com a própria evolução histórica,

---

<sup>7</sup> Lucien Goldmann (Bucareste, 1913-Paris, 1970) filósofo francês. E foi adicionado ao CNRS investigação aplicada e materialismo dialético ao estudo da literatura: *Racine* (1956) e *para uma sociologia do romance* (1964). Outras obras são de destacar as *ciências humanas e filosofia* (1952) *dialética e Pesquisa* (1958). (Fonte: [http://translate.google.com.br/translate?l=ptBR&sl=es&u=http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/goldmann\\_lucien.htm&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3DLucien%2BGoldmann%2Bbiografia%26hl%3Dpt-BR](http://translate.google.com.br/translate?l=ptBR&sl=es&u=http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/goldmann_lucien.htm&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3DLucien%2BGoldmann%2Bbiografia%26hl%3Dpt-BR) acesso 12/11/2008, as 20:30.

<sup>8</sup> Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo francês de origem Argelina. Fonte: [http://desciclopedia.org/wiki/Louis\\_Althusser](http://desciclopedia.org/wiki/Louis_Althusser) acesso 12/11/2008 as 21:00

<sup>9</sup> Georges Duby (7 de outubro de 1919, em Paris, França - 3 de dezembro de 1996, em Aix-en-Provence, França); foi um historiador francês especialista na Idade Média (Fonte: [http://www.pensador.info/autor/Georges\\_Duby/](http://www.pensador.info/autor/Georges_Duby/). acesso 12/11/2008, as 21h10min

tornando-as passíveis de influências internas e externas de transformação (Op. cit. P.07).

No ponto de vista de Palacin, ideologia e mentalidade são sinônimos, que exigem do historiador uma pesquisa muito mais profunda, como se fosse uma investigação criminal, ou seja, exigem aproximar – se o máximo possível das fontes para relatar o fato histórico.

Diz ainda que a ideologia é como icebergs, que “andam a deriva, empurradas pela história, submersas abaixo da linha de observação em suas quatro quintas partes (op.cit. p. 08).

Mas, o autor afirma que o estudo sobre ideologia em relação ao resgate da memória se torna muito mais difícil, devido à falta de documentação ou acessibilidade a estas fontes documentais. Segundo o historiador, essa dificuldade é encontrada no caso da história de Goiás, principalmente porque, nos cem primeiros anos Goiás, não se encontra literatura, folclore, e imaginário próprio, o que faz com se usemos “informes dos governadores, cartas de ofício, diretrizes da Corte e respostas do Conselho Ultramarino, registros da atividade econômica e do pagamento de impostos) op.cit. p. 08)

O estudo sobre ideologia está muito mais próximo do positivismo do que a própria história das ideias ou das mentalidades. Mas Palacin reconhece que, para poder exercer essa escrita sobre ideologia é necessário procurar outros meios, não somente os oficiais, para resgatar a memória da sociedade goiana.

Para realizar seu estudo sobre ideologia, Palacin, utiliza a obra de Silva e Souza, a qual:

[...] abrange todo o período do ouro, desde o descobrimento de Goiás em 1722 até a completa decadência da mineração em 1812, quando foi escrita; seus discursos e poesias, os anos da independência, a Memória Estatística a época da transição definitiva para a sociedade agropastoril (Op.cit. p. 08).

Esta obra será o fio condutor para a investigação de Palacin sobre ideologia, em especial atenção, para os centos e vinte primeiros anos da história de Goiás.

Como historiador empírico, Palacin diz que, ao investigar o período de 1830 – 1834, a existência de documentação é muito mais abrangente devido à existência de publicações locais, como o jornal Matutino Meiapontense.

Nesse estudo sobre a ideologia, no primeiro capítulo titulado como “Tempos heroicos: o momento épico de Goiás”, Palacin inicia destacando a importância do diálogo com as fontes para a renovação da pesquisa histórica:

O princípio hermenêutico que mais tem contribuído à renovação da pesquisa histórica nas duas últimas décadas é o da interrogação dirigida das fontes. A novos problemas levantados, a perguntas aparentemente muito distantes da intenção dos escritos e de seu texto, as fontes respondem, com frequência, com informações novas e insuspeitadas na evidência primeira de um escrito. Tal é quase sempre o caso de uma investigação de ideologia. (Op. cit. P.13)

O historiador, afirma ainda que, ao realizar uma nova leitura da obra de Silva e Souza, com o enfoque sobre a mentalidade coletiva, ele percebeu algo de novo.

Palacin, apresenta com entusiasmo seu ponto de vista afirmando que, na obra de Silva e Souza, existe uma “diferença de estilo e conteúdo entre a primeira parte, “O Descobrimento”, e o resto da obra, ” Governo” e “População” “ (Op. Cit. P.13):

Na primeira parte, dedicada ao Descobrimento há uma espécie de apreciação global do processo histórico, frente ao atomismo fático do restante da Memória; há a reconstrução moral de um clima por meio de apreciações gerais e a acumulação de dados escolhidos com essa intenção, o que falta por completo nos outros períodos, onde não se procura emprestar nenhum sentido aos fatos; há, por parte do narrador, uma apreciação e uma crítica das pessoas e suas ações, o que não acontece mais tarde (Op. Cit. P. 13 – 14).

Palacin conclui que essas diferenças de abordagens ocorrerem por duas razões: primeiro, referente a uma fonte oral destinada ao descobrimento da criação do mito do desbravamento de Goiás, que ele classifica como mítico – épico. Uma segunda, com relação ao governo que se baseia nas fontes oficiais do Estado.

Constata que o uso da história oral por parte de Silva e Souza, ocorre porque “se encontrava nas melhores condições para receber, inalterada, a tradição oral dos tempos da fundação” (op.cit. p.14). Conclui-se que esse uso da história oral era tão importante quanto o uso da história escrita.

Procura apresentar também uma reflexão sobre o uso da história oral, principalmente por parte de Silva e Souza, que “se afasta em certos dados da objetividade histórica, mas isto não se deve ser atribuído à distância temporal, senão ao próprio processo de formação dessa tradição nas condições ambientais da origem da mineração” (op.cit. p 14).

Essas condições seriam o uso do pensamento épico do descobrimento das minas de Goiás. Segundo Palacin:

Tudo concorria para emprestar um caráter épico ao descobrimento, exploração e povoamento das minas: a magnitude e intacta pureza do território; a ousadia do empreendimento; as penalidades físicas e morais; a riqueza fácil do ouro e sua dilapidação; a heterogeneidade social e racial dos aventureiros; as cruentas lutas com os índios; os excessos e o clima de violência (Op. Cit. P. 14).

O historiador conclui que essa ideologia se dá na “medida do heroico e do sobre-humano” (Op. Cit. P. 14). Essa medida seria característica do poder e da ideologia dominante atuando juntas no processo de formação da memória do povo goiano e afirma também que “a consciência coletiva magnificava ainda mais as proporções de todas as coisas: dos heróis, da riqueza, do luxo e desperdício, dos pecados, da violência” (Op. Cit. P. 15).

De acordo com Palacin, Silva e Souza procurava enfatizar temas focados nos costumes de sua sociedade em formação como

[...] as minas riquíssimas, cuja grandeza ressoa longe e a fama aumenta, os mantimentos e as cousas necessárias para a vida vendidos a preço de ouro, as estradas abertas por sertões incultos, à fundação de arraiais longínquos por meio de incômodos e de nações ferozes, a aluvião de homens imorais e turbulentos, os crimes horrorosos por ciúmes, os assassínios frequentes e por qualquer motivo, a prepotência dos poderosos, os motins populares, a violência dos sacerdotes (Op. Cit. P. 15).

Dentro dessa perspectiva, Palacin conclui que existem dois pontos que devem ser analisados em relação à questão épica da história de Goiás, uma relacionada à grandeza das proporções e a outra à criação dos heróis.

Ao abordar a questão da grandeza, Palacin analisa a relação entre os mineradores e a metrópole, no que se refere à cobrança dos impostos, mudança essa que ocorre a partir de 1735, com a substituição do quinto pela capitação por escravo.

Essa modificação ocorreu com o objetivo de que a capitação chegasse à igualdade do quinto. Palacin afirma que a primeira atitude dos mineradores “foi convocar uma junta de representantes dos mineiros e autoridades para fixar a ‘matrícula’ que se devia cobrar dos escravos com base no rendimento das minas” (Op. Cit. P. 16).

Durante essa exploração, os órgãos administrativos da Metrópole exerciam seu poder de fiscalização sobre as minas, ilustrado quando o intendente do ouro abre um inquérito para investigar a produtividade por escravo. Essa imposição de inquérito feita pelo intendente é um exemplo do poder da metrópole exercido sobre as minas.

Palacin analisou a questão da capitação e, ao verificar a obra de Silva e Souza, constata que a produtividade por escravo “[...] corresponde a uma data um tanto posterior, quanto já tinham passado aqueles dias milagrosos de abundância, [...]” (Op. Cit. P. 16).

Confrontando a realidade histórica dos fatos do século XVIII com uma realidade utópica, baseada na tradição de um povo (memória), ao vivenciar anos de grandeza nas minas, começam a criar mitos, ícones, para representar essa grandeza, nesse caso surge à figura do herói.

Portanto, a importância do herói se caracteriza, “no processo coletivo da criação de heróis; figuras poderosas que representam, mais que as realizações, os anseios de grandeza de um povo” (Op. Cit. P. 19)

Portanto, o herói se torna a criação da utopia de um povo, mas a criação de um imaginário coletivo desse herói que no caso de Goiás, apresentado por Silva e Souza, Palacin afirma que esse herói foi o Anhanguera, mas para criação desse herói se afastou da realidade histórica.

Palacin afirma ainda que:

“Dentro de suas rápidas informações, em três passagens da vida do Anhanguera os dados consignados por Silva e Souza se afastam significativamente da realidade histórica: na infância, no descobrimento de Goiás e no infortúnio de seus últimos anos” (Op. Cit. P. 19)

Palacin, ao desmitificar o mito do Anhanguera, procura fazer uma série de questionamentos a respeito da obra de Silva e Souza. Afirma que o relato de Silva e Souza se tornou verdade histórica, essa verdade é colocada da seguinte maneira:

[...] o menino de doze anos que acompanha a seu pai chefe de uma bandeira na sua expedição a Goiás; o estratagema do bandeirante de vencer a oposição dos índios prendendo fogo a um pouco de aguardente numa bacia, e ameaçando queimar os rios todos se não se rendessem, o que lhe valeu o apelido de Anhanguera, “Diabo Velho”; a descoberta do ouro pelas toscas joias das índias; a memória destes fatos acontecidos em 1682 seria a que, quarenta anos mais tarde, conduziu o descobridor oficial de Goiás até o lugar do primitivo descobrimento do ouro (Op. Cit. P. 20)

Com o objetivo de confrontar esse relato épico de Silva e Souza, Palacin procura utilizar a obra de Manuel Rodrigues Ferreira, escrito em 1960, titulado de “O Mistério do Ouro dos Martírios”, segundo esse autor

Bartolomeu Bueno da Silva (pai) não chefiou nenhuma bandeira a Goiás no século XVII; deve ter sido um dos participantes da bandeira de Sebastião Pais de Barros, em 1673; o artil de queimar aguardente não foi usado pelo Anhanguera, senão por outro sertanista anterior, Francisco Pires Ribeiro, segundo testemunho de Pedro Tacques, historiador, sobrinho de Ortiz,



sócio do Anhanguera Filho no descobrimento de Goiás, e seu pai na bandeira de Pais de Barros, mas não como menino, senão homem feito, já de mais de vinte anos; a bandeira não teve contacto com os índios goiases, nem se dirigiu à região do Rio Vermelho, senão à confluência do Araguaia com o Tocantins. (14)” (Op. Cit. P. 20)

Palacin conclui que esse relato histórico descrito por Manuel Rodrigues Ferreira procura demonstrar que há

[...] transferência de fatos acontecidos numa bandeira para a outra, na que poderíamos chamar longa gesta das bandeiras paulistas ao Paraupava ou Araguaia; em parte, também segundo ele julga, pela intenção de Silva e Souza de apresentar um relato mais coerente e digno para a bandeira descobridora de Goiás (em vez de fato aconteceu, na narração de Silva e Souza a ação do bandeirante aparece como um propósito traçado de antemão e levado rigorosamente até o fim (Op. Cit. P. 20).

Segundo Palacin “[...] está transmutação de dados e está busca de coerência não devem ter sido operadas por Silva e Souza, se não foi elaborada anteriormente pela tradição oral” (Op. Cit. P. 20)

A história oral influência de maneira direta a tradição de um povo. No caso de Goiás, essa influência se tornou algo que ficou de certa maneira concreto para a História Regional de Goiás. Palacin afirma que, quando se refere ao Anhanguera os fatos narrados por Silva e Souza se tornara parte de uma tradição aceita, portanto “a causa deve ser buscada na representação coletiva que se elabora da figura do Anhanguera” (Op.cit. P.22)

Para defender essa teoria sobre a criação dessa representação coletiva Palacin procura fazer uma análise do herói épico, segundo uma tradição grega:

Como herói de um empreendimento épico, é certo que o Anhanguera não se enquadra no tipo de herói de maior verdade humana: o tipo do herói trágico que paga o peso de glória imortal, conseguido por seu poder e coragem, ao preço de uma morte prematura. É o caso de Aquiles, de Roldão, de Sigfrido. O valor paradigmático deste tipo

parece residir no equilíbrio catártico que a morte antecipada coloca no que há de excesso em sua grandeza sobre – humana (Op. Cit. P. 22).

Palacin apresenta a figura do herói histórico que “é marcado com frequência por outro destino trágico de características inversas: a lenta deterioração e a completa decadência” (Op. Cit. P. 22). Realizando esse confronto entre o épico e o histórico, Palacin mostra que, no imaginário do povo goiano, a figura do Anhanguera surge como uma pessoa que se dedicou a um feito honrado que era encontrar as minas de Goiás para a coroa Portuguesa.

Ao mencionar a figura do Anhanguera, Palacin procura analisar a sua vida de “herói”, segundo o autor, assim o descreve: “Grande descobridor, alcança o ápice da glória almejada. Com glória chegam a poder e riquezas. Mas a fortuna põe em evidência as falhas de seu caráter: arrogante, autoritário, dissipador, fracassa na gestão pública e no particular” (Op.cit. p. 22).

Justificando a criação do herói, Palacin retorna novamente à sua análise da obra de Silva e Souza, afirmando que ele cometeu outros erros em relação ao discurso sobre o Anhanguera. Na época em que era o Governador da província, o Anhanguera, para conseguir quitar a dívida com a fazenda real foi obrigado a vender os seus bens e se encontrava em plena pobreza. Esses erros seriam porque em grande parte da pesquisa foi utilizada a história oral e não fontes documentais.

A lenda do Anhanguera, visto como herói do descobrimento das minas, não poderia ser lembrado na memória da sociedade goiana como o avesso daquilo que foi construído. Palacin afirma que “era uma exigência de momento épico, e, por meio deste desvio da verdade histórica, pode o Anhanguera conservar sua estatura heroica não obstante as contingências redutoras de sua vida real” (op. Cit. P. 23).

Outra possibilidade apresentada por Palacin a respeito das divergências entre a versão histórica e versão mitológica é a de que elas seriam devidas ao descontentamento dos mineiros com a Fazenda Real. Segundo o historiador,

[...] a animosidade popular contra a autoridade central, que ia se firmando paulatinamente através da criação do aparelho político – administrativo, e especialmente, a partir de 1736 com a implantação do imposto da capitação, tão odiado pelos mineiros. A Fazenda Real, personificada em todo o território das minas por suas ramificações nas intendências e comissárias da capitação, tornou-se pouco a pouco o verdadeiro antagonista do sonho de liberdade e riqueza que preside todo grande movimento mineratório de ouro (Op. Cit. P. 23).

Palacin conclui que essa rivalidade entre os mineiros e a fazenda real criou um conjunto costumes no povo goiano durante o período de povoamento que procurou a realizar uma exaltação do momento épico de Goiás. O motivo objetivo de tal exaltação se dá porque os mineradores que realizam o povoamento de Goiás estavam longe da família e de todas as instâncias do poder, criando assim uma experiência de liberdade.

No final do capítulo 1 de Quatro tempos de Ideologia, Palacin conclui que existe uma ausência de explicação histórica na obra de Silva e Souza e chega à conclusão de que ocorreu uma modificação do clima heroico para a exaltação coletiva e a falta de um povo próximo da terra. Palacin afirma ainda que essa “exaltação heróica sucede um período de expectativa e temor pelo futuro, que se converte depois em profunda depressão (op. Cit. P. 26)

Portanto, a criação dessa lenda ocorre para dar esperança a uma realidade histórica que ilustra a derrota de um povo que, com a crise da mineração, vivencia um grande êxodo e a falta de líderes que tivessem meios para modificar essa situação de colapso econômico que Palacin considera como com um clima de derrotismo. Palacin ilustra esse derrotismo da seguinte maneira:

“Neste clima de derrotismo, o povo, como unidade moral que dá sentido a história, esvazia-se. A transitoriedade típica das populações mineiras converteu-se, em Goiás, num verdadeiro êxodo. Os homens mais representativos e empreendedores, mineiros, comerciantes, fazendeiros, funcionários vão deixando pouco a pouco o país. Em alguns lugares, esta deserção foi quase total”. (Op. Cit. P. 27)

Toda essa crise do ouro em Goiás possibilitou então em Goiás uma falta de “continuidade e identificação coletiva num destino comum, abre um vácuo moral; a ausência de um verdadeiro povo só pode ser preenchida pela única presença contínua: a administração colonial” (op. Cit. P. 27).

Portanto, para a compreensão de todo esse período épico de Goiás, foi necessário a criação do mito do herói (Anhanguera), sendo um meio para representar a administração real, esse grupo político poderia unificar esse povo goiano em torno que caracteriza – se a terra no sertão goiano.

O Anhanguera foi essa figura que, mesmo sendo vista como herói por uns e vilão por outros, na tradição foi representado como a manifestação do poder em Goiás por parte da coroa portuguesa.

## 2.2 - Palacin e uma história Política: O poder em Goiás

*“Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a “teotocracia”. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos.”*

BALANDIER

O estudo das relações de poder no mundo contemporâneo se tornou algo muito comum, principalmente, para os seguidores da história cultural. Mas, ao ler as obras de Luís Palacin, constata-se que tal estudo já era presente na historiografia goiana, em tempos anteriores.

Na primeira parte deste capítulo, foi apresentada a maneira como o imaginário social cria a figura do mito, do herói, daquele que traz a civilização para os

povos que aqui habitavam. No segundo capítulo de “Quatro Tempos de Ideologia” Luís Palacin inicia questionando a postura da sua fonte primária para o estudo da ideologia em Goiás, afirma que “Silva e Souza talvez tenha percebido confusamente esta mudança do sujeito histórico” (Op. Cit. P. 29).

O sujeito histórico que Palacin menciona é outra figura, a que exerce o poder. Substituindo, assim, aquele que era visto como herói, que se justifica pelo imaginário social, por aquele que está registrado nos anais da capitania, no caso a imagem do governador, isto é, os governadores e suas ações.

Essas ações dos governadores fazem com que a obra de Palacin apresente características de uma produção de história política tradicional, mas verificamos que essa é mais uma característica da produção palaciniana, flutuar por várias correntes da historiografia sem agredir nenhuma delas.

O uso de uma metodologia de história política para justificar essa mudança de sujeito histórico é apresentado da seguinte maneira por Palacin:

De 98 acontecimentos relatados desde o governo do Conde dos Arcos, primeiro governador da capitania de Goiás em 1749, até o de Fernando Delgado Freire de Castilho, quando foi escrita a obra em 1812, 87 são apresentados como resultado exclusivo da iniciativa dos governadores (Op. Cit. P. 29).

Esses relatos são descritos nos documentos oficiais, no qual a pesquisa chega a ser de Silva e Souza, esse classificado como cronista. A história de Goiás e do seu povo é a história do governo, não ocorrendo uma distinção entre o que é o povo e o que é o governo. Palacin, na sua análise constata que Silva e Souza afirmam que não há a participação do povo, porque este não está capacitado para realizar uma administração da capitania de Goiás.

Se o povo não está capacitado para realizar a administração o governo é que terá meio para solucionar a crise. Essa ideologia é justificada no período do século das luzes. No caso de Goiás, colônia de Portugal, o período do despotismo esclarecido, sobre o qual Palacin afirma que é o “velho, a autoridade tradicional e o novo, sua função social no fomento do progresso” (Op.cit. p. 29).

Esse governo, durante a sua administração irá realizar uma manipulação do poder regional que vai pendurar durante boa parte da história de Goiás. Essa relação do poder será caracterizada pela convivência entre povo e o governo, se passa principalmente no campo das mentalidades próxima daquilo que se pode chamar de tradição.

O papel do historiador das mentalidades é observar de que maneira essas relações se apresentam dentro de um determinado período da história. Portanto, Palacin afirma que a ordem social apresentada em Goiás segue uma racionalidade da segunda metade do século XVIII que já é divulgada pelo mundo, e essa ordem social é sinônimo de progresso.

Analisando o período do século XVIII, Palacin afirma que:

O século XVIII apresenta-se historicamente com um verdadeiro divisor de águas na mentalidade coletiva: antes, apesar do afã de inovação e do orgulho pelas próprias realizações, o primeiro princípio diretor era o da continuidade, o peso da tradição significava o lastro da verdade e da estabilidade em todos os campos: na organização social e política, no pensamento filosófico e científico, nos valores religiosos e morais. A partir do século XVIII, este princípio da continuidade e da estabilidade é substituído pelo inverso do movimento e do progresso. A idéia do progresso começa a abrir – se passo como sendo o verdadeiro sentido do homem e da história (Op. Cit. P. 30).

De acordo com essa ideologia de mundo do século XVIII, o autor afirma que essa ideologia dominante do governo é justificada pela ação do homem. Esse homem “virtuoso, na fórmula da época tão afeita à propaganda e ao moralismo é o homem útil à sociedade. O trabalho, a moderação, as filantropias passam a ser virtudes por excelência do homem e do cidadão” (Op. Cit. P.30).

Essas características iram caracterizar as relações de poder na sociedade goiana, representadas no decorrer do tempo pela figura do coronel, do político, ou daquele que representa a classe dominante.

O autor ressalta que Silva e Souza utiliza todo o moralismo, exemplificado pela imagem do Bartolomeu que vivera dois momentos. Primeiro de desejo de ser útil

para a sociedade e o outro caracterizado pela decadência que seria igual à ociosidade caracterizado pela crise da mineração.

Luís Palacin, ainda utilizando Silva e Souza, procura caracterizar o seu pensamento naquilo que representa o processo civilizatório: “a influência determinante da ação da lei e (...) do Estado” (Op. Cit. P. 31) Essa lei que representa a vontade de um governo, de uma administração que procura solucionar a crise que passa por Goiás, mas uma lei que se estabeleceu desde os primeiros anos da colonização defendendo os interesses dos grupos dominantes.

Para exemplificar essa atitude do poder dominante em relação à Colônia, Palacin procura justificar o pensamento civilizatório em relação aos índios, utilizando-se de Silva e Souza o historiador afirma que os indígenas eram denominados como feras selvagens.

Segundo Palacin, no prólogo de Silva e Souza sobre a introdução geográfica, os índios são apresentados da seguinte maneira:

[...] na época do descobrimento, Goiás era um ‘longo espaço de terrenos incultos só trilhado de feras e de nações brutais’. Aqui, e ao longo de toda a narração, fala também de “nações selvagens”, que é o título definitivo sob o qual enquadra todas as tribos indígenas: ‘Nações selvagens habitantes da Capitania de Goiás’ (Op. Cit. P. 31)

Ainda tratando sobre o relacionamento com os índios, o historiador menciona que essa relação índios, bandeirantes e mineiros se estabelece através de regra moral, essa regra era simplesmente como um meio para exercer uma manipulação política da sociedade que estava se formando.

A manipulação do poder político se faz presente também na lei no que diz respeito à proibição de escravizar o índio. Mas mesmo essa lei apresenta uma brecha que beneficie os bandeirantes e mineiros. Segundo Palacin:

“À escravização, buscada pelos bandeirantes, e ao extermínio, praticado pelos mineiros, opunha o governo uma política de boa vizinhança: paz e amizade sempre que fosse possível; atitude meramente defensiva, sem revidar os ataques, de acordo com a regra moral do ‘servato moderamine inlpatet tutelae’ com as tribos hostis. A finalidade última era a catequese e a civilização. Isto tanto em nome dos sentimentos de humanidade e justiça como em nome da “boa aritmética política”. De fato, houve uma marcada evolução nas diretrizes do governo em sua política com os índios ao longo do século. De início, prolongava-se a prática ambígua dos tempos de proibir terminantemente a escravidão dos índios no texto da lei, mas permiti-la sob diversos pré-textos tornados costumes na rotina diária.” (Op. P. 32)

Conclui-se que, em relação aos índios, na época do descobrimento, o existia um posicionamento por parte do governo para com as nações indígenas. Os índios eram classificados em mansos e hostis. O primeiro deveria ser tratado com brandura, torna-se civilizado e catequizado na fé católica. Os hostis, que se utilizavam armas, fossem ferozes, seriam capturados, tornando-se escravos e podendo ser vendido como mercadoria, ou morto conforme fosse a situação. Essa postura por parte do conquistador é outro elemento apresentado por Palacin para o exercício do poder sobre as nações indígenas em Goiás.

Palacin ressalva que durante metade do século XVIII, ocorre uma mudança de atitude por parte do governo em relação aos índios, apresentado pelo papel desempenhado por Dom Marcos de Noronha ao que se refere a essa mudança de postura por parte do Governo.

“Trinta anos, na metade do século, a linguagem do governo é outra, aparece informada pelo humanitarismo das luzes, e sai determinação de fazer observar a lei correspondente à sua linguagem. A carta dada a D. Marcos de Noronha, em que se marcam as diretrizes fundamentais ao ser criada a Capitania de Goiás, estabelece com respeito aos índios: “ As regras fundamentais que sou servido observais nesta matéria de redução dos índios e os vossos sucessores, são que se tentem primeiro todos os meios de suavidade e persuasão para reduzir os índios bravos a viver civilizados e não procurem domar por armas, senão quando os seus insultos forem por outro modo irremediáveis, e estiverem exaustas todas as esperanças de os domesticar de outra sorte; tendo sempre na consideração que a Divina



Providência não permitiu estender o poder desta Monarquia nessas vastas regiões para destruir, ou reduzir à escravidão os naturais habitantes delas, mas para os trazer ao conhecimento da religião, e para mudar os seus bárbaros costumes em outros mais humanos, e mais úteis para própria conservação.’ (Op cit. P. 32).

Os governantes fazem parecer essa preocupação para com os índios, em especial o marques de Pombal.

“Com Pombal a política de civilização dos índios passa a ser um propósito humanitário a constituir-se no primeiro objetivo da ação do governo do Brasil. O raciocínio é imediato: sem povoamento dos imensos desertos humanos do Brasil não há progresso possível, e este povoamento só poderá ser realizado mediante a civilização dos índios. ” (Op. Cit., p. 33).

Portanto, o pensamento estabelecido durante esse período da História de Goiás era uma ideologia baseada na civilidade e no progresso. Caracterizado pelo questionamento sobre o índio versus bandeirante. Palacin, em oposição a esse pensamento relata que nos escritos de Silva e Souza, existe uma contradição quanto ao que é pregado pelo governo e quanto ao que é realizado. Por exemplo, para levar essa civilidade ao índio, ao mesmo tempo em que os missionários em nome da madre Igreja e em nome da coroa procuravam domesticar esse povo. Por outro lado, o tratamento dos bandeirantes para com os índios foi realmente um genocídio. Palacin chega a ser irônico ao citar esses acontecimentos: civilidade e genocídio.

Outra prática da manipulação do poder por parte dos governantes, para ter controle sobre a população, foi realizar uma manipulação da memória coletiva no que diz respeito ao índio:

“Esta visão humanitária do governo (...) deve ter contribuído (...) para que a guerra de extermínio movida contra os índios não passasse à consciência coletiva como uma gesta heróica, tal como aconteceu no oeste americano, apesar de aqui ter sido a luta mais tensa e mais prolongada.” (Op.cit. p. 33).

Mas Palacin afirma que essa mentalidade oficial colocava os bandeirantes como verdadeiros heróis e aventureiros, que não respeitavam as leis do governo. Nesse período do século XVIII a lei se faz representar como uma atitude do governo, um discurso do governo. Essa ideologia era levada para servir como meio de moralidade e civilidade. Essa lei fazia com que o governo torna se legitimo em sua ação como uma necessidade social. Palacin procura ressaltar que:

“Os justos, os santos fins da lei. Não havia chegado ainda o tempo em que os governos tratariam de legitimar sua ação, até sua própria existência, mediante a exibição do progresso e das obras realizadas; sua justificação se exercia mediante a necessidade social da lei. (...) e mediante ela instaurar a paz social em meio aos interesses contrapostos, pareciam, então, conforme uma tradição imemorial, os fins naturais que justificavam a existência e a atuação do estado e da autoridade.” (Op. Cit. p. 34).

O uso da lei se faz para justificar o poder do rei, e as relações de poder entre a Colônia e a Metrópole, em especial a relação do povo da capitania de Goiás e o Governo. Palacin mostra que durante o século XVIII, existe uma grande preocupação para com a lei.

Segundo o historiador, “a autoridade social ainda não se apresenta com suficiente clareza como uma função abstrata, preexistente e distinta de seu titular, mas se confunde com a pessoa e função do soberano”(op.cit. p. 34). Portanto, para se fazer presente na colônia era necessário o uso da lei.

Outro assunto abordado por Palacin no seu livro “Quatro tempos de Ideologia”, é sobre a personificação do estado e a da autoridade do rei. Para fazer essa análise, ele volta as atenções novamente à obra de Silva e Souza, afirmando que foi

mencionado nos seus relatos “à fórmula tradicional carregada das puras reminiscências sentimentais e ideológicas da concepção personalizada no soberano da relação súdito/estado: El Rey Nosso Senhor”. (Op.cit. p. 34)

Uma relação que, no olhar de Palacin, era como se fosse uma relação medieval entre o suserano e vassalo, em que se apresenta uma submissão pessoal.

Ao avançar um pouco mais no tempo, observando o século das luzes, como um poder despótico, Palacin afirma que “a personificação do estado na pessoa do soberano, e a afirmação irrestrita de sua autoridade como fonte natural de toda a autoridade não só não padecem alguma atenuação, mas se exacerbam cada vez mais” (op.cit. p. 35). A preocupação maior do estado é perder a sua força ou a sua intensidade na Colônia.

Palacin procura ressaltar ainda sobre o período que as relações de poder ficavam em máxima concentração na pessoa do rei que “abriu caminho através da erradicação dos direitos particulares (...) para a plena afirmação da soberania do estado o que possibilitaria a implantação do estado liberal. ” (Op.cit. p. 35) Dentro desse projeto estabelecido durante esse período, Pombal aparece com um grande destaque. Esse destaque se dá porque

Pombal foi um dos primeiros estadistas a compreender o alcance da propaganda como meio de governo. Pode ser considerado um precursor das modernas ditaduras e populismos na organização calculada e sistemática das campanhas de propagandas para preparar justificar e difundir seus empreendimentos (op. Cit. p. 35).

Conclui-se que, durante esse período, a chave do governo para ter o controle dos seus súditos era a personificação do Estado. O historiador, em todo o restante do capítulo questiona e levanta fontes que justifiquem sua teoria. Teoria essa que questionada por Palacin durante o a leitura de Silva e Souza, que ao escrever se omitiu várias vezes, mas deixou implícitas suas ideias nos relatos pesquisados pelo historiador.

Para colocar em pratica o plano de Pombal, era necessário utilizar vários meios ideológicos e o autoritarismo e os privilégios, para ter apoio de seus súditos.

Essa postura era apresentada como a ordem natural, segundo Palacin, “o poder supremo do rei, garantia de uma lei justa, que gera a paz e harmonia social, e conseqüentemente, possibilita a prosperidade e felicidade para todos os súditos.” (Op.cit. p. 37)

Esse era o modelo social do antigo regime segundo Palacin, que se justificava pelo uso da lei da boa razão:

[...] aquela boa razão... que se estabelece nas Leis Políticas, Econômicas, Mercantis e Marítimas, que as mesmas Nações Cristãs têm promulgado com manifestas utilidades, do sossego público, do estabelecimento da reputação, e do aumento dos cabedais dos povos, que com as disciplinas destas sábias e proveitosas leis vivem felizes à sombra dos Tronos, e debaixo dos auspícios dos seus respectivos Monarcas e Príncipes Soberanos (op.cit. p.38).

Na parte final do segundo capítulo de “Quatro tempos de ideologia” Palacin procura se aproximar do século XIX, apresentado o pensamento neste período, o pensamento iluminista que pregava a liberdade e o uso da razão. Um pensamento que é contrário ao antigo regime, aos princípios dos soberanos. Essa mudança de mentalidade se faz lembrar o período da Revolução Francesa, e da Inconfidência Mineira, fatos como “o exílio da família real na sua Colônia”.

Palacin retorna, então, à sua fonte de pesquisa e analisa que Silva e Souza, como membro do governo, procura não se manifestar sobre tais acontecimentos. Palacin classifica essa atitude como silêncio total por parte de Silva e Souza e conclui que essa atitude seria para evitar constrangimentos para com o governo.

Palacin apresenta que nesse período do século XVIII e XIX em Goiás se resume numa sociedade que não questiona as atitudes do governo. Palacin fecha essa parte com a seguinte afirmativa: “fora do Estado e da administração não há salvação” (op.cit. p.43)

Conclui-se que a Ideologia durante o século XVIII, se formou em torno das ações dos bandeirantes, sendo heróis ou vilões, nas ações dos governadores e principalmente numa lei que era feita para justificar essa autoridade real sobre a

colônia, que mais tarde será questionada no século XIX, por uma nova ideologia classificada com liberal.

### **2.3. A Ideologia Liberal em Goiás e o olhar de Palacin sobre a revolução de 1930.**

*O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.*

*FOUCAULT*

Foucault ao manifestar-se sobre a temática do poder deixa bem claro de que maneira o poder funciona nas relações de sociais. Ele não pesa, mas também satisfaz aos interesses de uma camada da sociedade. Palacin, ao escrever o terceiro capítulo de “Quatro tempos de ideologia”, titulado de “Ideologia Liberal”, analisa um

período da História do Brasil marcado como uma época de mudanças significativas na sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao período da Independência do Brasil.

Palacin inicia esse capítulo deixando bem claro que, durante o processo de independência do Brasil, não houve uma participação do povo. “A Independência em Goiás não foi cruenta nem sequer conflitiva. Este processo pacífico poupou, sem dúvida, energias e evitou traumas, mas impediu, ao mesmo tempo, a participação coletiva e o aprofundamento de uma consciência comum.” (Op. Cit. p. 45) Palacin demonstra, ao relatar essa falta participação do povo no processo, que esse mesmo povo, durante todos os acontecimentos, foi tratado como se não existisse e que somente serviria para satisfazer aos desejos dos poderosos.

Ao tratar sobre os movimentos ocorridos no antes da independência, Palacin, num tom irônico, afirma que os “os movimentos que precederam à independência foram obra de um número reduzidíssimo de pessoas – três padres e dois militares -, movidas, ao que tudo indica, mais por ambições pessoais que por divergências ideológicas”. (Op.cit. p. 45) ao defender que esse número era reduzido, Palacin afirma que

“Os cargos mais elevados, governador, ouvidor provedor, e alguns outros, tanto na fazenda como na justiça, eram ou de nomeação régia, ou de nomeação – mediante um sistema complicado em que o governador e Câmara se equilibravam – das autoridades locais.” (Op. Cit. p. 76).

Com a independência, não ocorreu, na visão de Palacin, nenhuma modificação; o que ocorreu, na verdade, foi uma mudança de nomenclatura de capitães – gerais para presidente. Em suma, “a administração da justiça continuava nas mãos do ouvidor e da fazenda sob a duração da junta da fazenda.” (Op.cit. p. 45) os cargos administrativos continuavam nas mãos dos portugueses.

Ao tratar sobre a ruptura política do Brasil com Portugal, em especial de Goiás Palacin comenta que tal ruptura com o passado não atingiu as instâncias de

poder, pois os cargos mais importantes continuavam com os portugueses, “agora denominados de brasileiros adotivos. Português era o presidente; português o ouvidor; e portugueses, quatro dos membros da Junta da Fazenda” (op.cit. p.46).

Outro ponto levantado por Palacin em relação ao poder em Goiás, é que “algumas instituições liberais, símbolo do progresso humano e da civilização para os homens de uma época. ” (Op.cit. p.46) esse símbolo que Palacin menciona é representado pela Constituição que procuraria a representar uma nova era, uma esperança em que esse povo possa fazer da atuação política da história do Brasil. Palacin afirma que havia um grande entusiasmo com essa nova carta magna.

“No entusiasmo das primeiras horas, os elogios incansáveis da imprensa poderiam levar a crer que esta carta por si só, por sua própria virtude, significava o alvorecer de uma nova era para a humanidade. Com a constituição, a participação do povo do poder: o congresso a nível nacional e os conselhos a nível provincial. ” (Op. Cit. p. 46).

Mas esse novo modelo de governo não trouxe nenhuma mudança, as relações de poder continuaram as mesmas. Palacin afirma que as cobranças de impostos e a situação econômica continuaram sem alteração. Portanto, ocorre que “a inexorabilidade das leis econômicas e sua independência da ação política manifestam – se igualmente no aspecto mais penoso do relacionamento econômico dos súditos com o poder político, que é o pagamento de impostos. ” (Op.ci. p.47)

Nesse momento, em sua pesquisa, Palacin procura utilizar um fio de análise baseada no aspecto econômico, quanto apresenta o contexto político. Um exemplo dessa preocupação do historiador é que dedica certa atenção à cobrança do dízimo. Afirma que era uns dos impostos mais odiados, principalmente depois que Goiás se tornou território agrário.

“Este imposto, que incidia sobre a produção agrícola, num montante de 10%, suscitava esse sentimento de repulsa, misto de ira e de amargura, com as populações camponesas, no limite da subsistência e da miséria, consideraram, ao longo da história, a apropriação de seu esforço e até de seu sustento por parte de governos longínquos e inoperantes, como uma espoliação e quase um roubo. (...) O dízimo era considerado uníamente como a primeira causa do atraso de agricultura, como motivo determinado da ruína de tantas fazendas.” (Op. Cit. p. 47).

Esse uso do dízimo, Palacin classifica como uma regressão a uma forma opressiva, lembrando que tal imposto era pago para Portugal. Goiás, desde a crise da mineração, teve voltar suas atividades econômicas para o setor primário; portanto, a cobrança de impostos prejudicava principalmente os pequenos proprietários de terras.

Por outro lado, o não pagamento do dízimo, poderia gerar a perda da terra dos endividados, sendo que as suas terras poderiam ir a leilão, e no processo de compra o grande latifundiário iria conseguir garantir a posse destas terras de maneira mais barata.

Outro ponto apontado por Palacin é que, com a independência uma nova ideologia, que ele classifica como Ideologia Liberal, surge em uma sociedade que não mudou quase nada em relação ao período Colonial.

“É, pois, sobre este fundado de total continuidade em todos os níveis, econômico, social e inclusive político, que se deu em Goiás a interrupção da ideologia liberal. O estudo, desta ideologia apresenta, por conseguinte, para o pesquisador todo o interesse dos casos insólitos, aqueles que se afastam das expectativas mais firmemente estabelecidas, algo assim como o aparecimento de uma espécie única para o biólogo, ou de uma patologia estranha ao médico.” (Op. Cit. p. 48).

Portanto, para compreender essa ideologia Palacin inicia uma análise deste contexto, utilizando outras ciências como forma de justificar a sua pesquisa, como o



uso da Sociologia, principalmente quando ele afirma que o pensamento social é condicionado. Esse pensamento condicionado seria uma manifestação da vontade político sobre os demais membros de um determinado grupo social.

Numa sociedade que mantém características de uma sociedade colonial, o historiador mostra que a ideologia liberal em Goiás é como se fosse uma anomalia, isso porque em Goiás não se verificava a existência de uma burguesia. Essa ausência de burguesia é assim justificada por Palacin:

[...] com a decadência da mineração, aquele pequeno estrato de ricos e médios mineiros, comerciantes de importação e detentora dos cargos públicos (ofícios) mediante arrendamento à coroa, ou seja, aqueles que formavam o núcleo de uma incipiente burguesia tinham abandonado a região, a caminho dos portos do mar, donde tinham chegado em busca de fortuna. Os núcleos urbanos, habitat da burguesia, se esvaziavam e empobreciam. Vila Boa quer por continuar capital da província conservava um núcleo de funcionários e o quartel da tropa [...] (op. Cit. p. 49).

Palacin ressalta, no entanto, que existem dois centros de propaganda da ideologia liberal. Um seria a capital Vila Boa e o outro, Meia Ponte, que eram, segundo o historiador, “os dois centros que ainda conservavam certa possibilidade de um mínimo de vida urbana, embora reduzido como o número de habitantes: 4000 na cidade de Goiás, e 1500 em Meia Ponte.” (Op. Cit. p. 50) E o autor descreve a situação de um desses núcleos urbanos:

“O núcleo liberal da Capital se estruturava em torno do governo: altos funcionários, membros do Conselho Provincial e da Câmara Municipal, pessoas de todas ligadas, ligadas diretamente ao governo. Devemos notar a ausência absoluta de profissionais liberais, que

pudessem constituir um grupo autônomo de intelectuais. ” (Op. Cit. p. 51).

Analisando ainda essa formação do pensamento liberal em Goiás, Palacin relata que o grupo político, que ele classifica como estamento administrativo presenciava também um empobrecimento do elemento humano, principalmente no setor dos serviços públicos. Com esse empobrecimento, acaba por ocorrer um isolamento de Goiás. Palacin ainda relata que poucos eram os homens de certa cultura e de algum capital para investir na capital de Goiás.

Palacin ilustra todo esse quadro de crise em Goiás para justificar a sua teoria de que a ideologia liberal em Goiás era uma anomalia, pois de que maneira vai surgir um pensamento burguês em uma capitania sem presença forte de um grupo burguês? No entanto, mesmo tempo em que ele procura justificar esse pensamento, longo de seu trabalho, argumenta usando fatos da História de Goiás.

Palacin, no estudo do poder, questiona a presença do clero na educação e na cultura, ao afirmar que a “educação, que hoje chamaríamos de segundo grau, estava inteiramente em suas [do clero] mãos ao começar a década de trinta, tanto na Capital como nos arraiais. ” (Op.cit. p. 52) Observando a Meia Ponte, Palacin relata que ali vai surgir na segunda metade do século XIX um grupo liberal em torno de Joaquim Alves de Oliveira e também pela presença do clero. No clero existia um pensamento intelectual.

Segundo Palacin essa presença intelectual concentrava-se entorno de alguns elementos do clero e da sociedade civil: “[...] padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury era redator da Matutina, e o padre Manuel Pereira de Sousa seu substituto, e outros três padres, os professores, além de oradores nas grandes solenidades” (op.cit. p. 52). Palacin não aprofunda sobre o papel do clero, mas leva em consideração que ele contribuiu para a formação de um pensamento liberal em Goiás.

O grande feito do pensamento Liberal em Goiás foi a criação do Jornal Matutina por parte de Joaquim Alves de Oliveira. Segundo Palacin,

O Matutina, que começou a ser publicado em 1730, pertence a essa família de jornais liberais, que a exemplo do Aurora Fluminense de Evaristo Ferreira da Veiga, surgiram na Capital e em quase todas as províncias do Império, com ocasião da crise do primeiro reinado (...) seu objetivo fundamental era a defesa da Constituição. Ideologicamente se filiavam ao liberalismo moderno, propugnador da monarquia constitucional, defensores dos direitos do homem e das garantias do cidadão. Esse tom moderado do início foi paulatinamente mudando para a denúncia ao poder arbitrário e à oposição ao Imperador, até desembocar na abdicação e na regência (op. Cit. p. 52).

Ainda sobre o jornal Matutina, Palacin ressalta que existia certa liberdade de imprensa para tratar sobre assuntos políticos:

A liberdade e imprensa, com efeito ao promover a instrução, faz amar a justiça, respeitar as autoridades e obedecer às leis; um povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça e sofre sem murmurar os impostos, considera o governo como seu maior bem, e aborrece o homem sedioso e turbulento como o maior inimigo da sociedade; não entra, pois em dúvida, que a instrução seja a maior garantia dos Governos Constitucionais (op.cit. p.53).

Esse discurso apresentado pelo Jornal se faz presente na formação do povo goiano, percebe-se que o termo instrução torna-se atrelado a uma função do governo. Esse Governo que tem que ser constitucional tem como obrigação gerar instrução para o povo. Aparentemente Palacin apresenta esse ponto de vista por parte do jornal para justificar que o jornal será um meio para defender a onda liberal na mentalidade do povo.

Mas a linguagem do jornal é a mesma utilizada pelas autoridades locais. Palacin ainda classifica essa linguagem como um iluminismo moderado ao afirmar que “o ideal político descansa na associação de Pátria e Trono” (op. Cit. p. 54). Essa associação de Palacin retoma uma análise da influência do iluminismo que vem

percorrendo toda a formação do pensamento político cultura da sociedade goiana, que no Jornal Matutina vai levar a surgir várias críticas sobre os relatos de Silva e Souza.

O foco de atenção de Palacin não é questionar os pontos de vista, mas mostrar como esse pensamento liberal se fazia presente durante a regência até a independência.

Para isso, Palacin retoma o período da abdicação de D. Pedro, ilustrando o ponto de vista do jornal Matutina sobre o mesmo período. “O Matutina, como as autoridades de Goiás, adota a linha do liberalismo moderado: combater tanto os absolutistas à direita, como os agitadores sociais à esquerda. Defender as liberdades políticas, mas dentro da ordem.” (Op. Cit. p.56)

Portando, segundo Palacin, o jornal começou a fazer uma “mitancia política”, defendendo o lema “Pátria e Constituição”. Surgindo assim, nas duas cidades principais de Goiás, manifestações de fatos à onda liberal da regência.

Mas as mesmas revoltas que ocorreram no país também chegaram em Goiás, num certo atraso. Principalmente com certa perseguição aos portugueses que aqui se estabeleciam, os classificados como adotivos. Sobre esses acontecimentos, Palacin afirma que, após a abdicação de dom Pedro I, ocorreu em Goiás um movimento nacionalista, que conseguiu várias vitórias.

O movimento, conhecido como o movimento (ou revolta) de 13 de agosto de 1831, conseguiu alcançar os seus objetivos, que eram depor todos os portugueses que ocupavam cargos políticos. Foram depostos o presidente da província e vários outros funcionários, como o ouvidor, o juiz de fora e os militares.

Esse fato descrito por Palacin demonstra o interesse de grupos locais para exercer o poder político em Goiás. Diante dessa situação de revolta, a imagem do povo goiano ficaria manchada, então o jornal Matutina procurou defender a imagem do povo goiano publica uma nota alegando que o povo goiano era “dócil e grato”.

Mesmo com essa difusão de uma imagem dócil, a situação não mudou. O clima estabelecido em Goiás era caracterizado como uma tensão social, uma onda liberal, que se confundia como anarquismo.

Nesse clima de tensão, Palacin relata que ocorre uma cisão entre os grupos que fazem parte do poder, os liberais moderados e os chamados “emperiquitados” na capital, gerando assim uma rivalidade entre a capital e os arraiais da província. Para procurar resolver essa crise, os grupos que estão no governo procuram exercer uma ação característica do perfil liberal e diminuir os excessos.

Outra característica por parte do governo é defender um patriotismo com finalidade pedagógica, procurando valorizar a Constituição. Novamente a criação da Carta Magna, vai representar a ordem estabelecida.

Como instrumento do discurso do poder, Palacin ressalta que a guarda nacional era o instrumento que poderia garantir os direitos individuais e que, com essa a situação de crise política estabelecida em Goiás, um grupo de moradores levou um abaixo assinado exigindo a criação da guarda nacional, “[...]aos olhos desses cidadãos, só a guarda nacional, representando” a razão e a honra armada” poderia fazer com que fossem respeitadas “as garantias individuais” “ (op.cit. p.63)

Palacin continua analisando essa atitude de formação da guarda nacional dentro de um contexto das utopias do liberalismo. Portanto, a guarda nacional representava a moral, o patriotismo e a honra. O historiador afirma ainda que ser soldado era um meio para o camponês se aproximar da classe da elite, e somente os membros da elite questionavam. De acordo com Palacin, só o proprietário

[...] se argumentava, é o cidadão, o cidadão – soldado ideal, aquele que está disposto a lutar pela pátria movido pelo amor e pela honra, não pelo dinheiro como o soldado mercenário. Abolindo os corpos de soldados profissionais mercenários, prontos sempre a vender – se por qualquer interesse, e entregando a defesa da sociedade a um corpo de cidadãos armados, a guarda nacional, ficariam garantidas a tranqüilidade pública e a firmeza das instituições (op.cit. p.63).

O discurso por parte dos que estão no poder é demonstrar para o povo que ele tem importância na formação do seu estado, como membro de um “corpo”. Para isso eram utilizados os jornais como meio para divulgação das vantagens de ser um cidadão cívico – militar: o membro da guarda deveria sacrificar-se pela Pátria, o que seria um serviço de grande honra.

Portanto, a guarda nacional é representada como uma nova época para Goiás. Mas em Meia Ponte, Palacin afirma que vai surgir uma postura de um Liberalismo Moderado, baseada na Sociedade Defensora da Independência e em Goiás se fundou a Sociedade Conciliadora e Filantrópica. Essas duas associações ficavam

realizando disputas políticas entre si, justamente num período em o governo está se reestruturando devido ao golpe de agosto, que correspondeu à eleição do presidente eleito de maneira justa.

Palacin procura concluir que tudo que foi exposto em Goiás, durante o século XIX, classificado por um período liberal se resume a uma utopia, uma ideologia que interessava aos grupos dirigentes da política de Goiás.

Observa-se, após a análise desse período ante e pós Independência, que ocorre, na obra de Palacin, um salto temporal de 1840 a 1930 no que se refere à ideologia durante esse período, podendo-se inferir que, para o autor, a mentalidade nesse período continua sendo a mesma.

No último capítulo titulado como “A revolução de Trinta em Goiás vista por si mesma” logo de início fica claro que o objetivo do capítulo será mostrar uma visão global da revolução através dela mesma, ou seja, tendo como fonte o relatório de Pedro Ludovico a Getúlio Vargas sobre os acontecimentos de 1930 a 1933.

Palacin começa o assunto esboçando as causas da Revolução de 1930 e a poucas manifestações de Poder, principalmente, porque, em Goiás “[...] só tinham o direito de votar os que acompanhavam o governo.” (Op. Cit. p. 83)

Palacin apresenta, de acordo com o documento, apresenta a situação em que se encontrava Goiás, a existência de grupos dominantes que são classificados como “cacicados que a revolução de trinta desapossou do poder em Goiás havia permitindo que a frouxidão os costumes, os favores ilegais e os arranjos indecorosos.” (Op.cit. p. 83)

Além das mais variadas arbitrariedades adotadas pelos grupos que estavam no poder antes da Revolução, consultando o documento, Palacin vai especificando os pontos mais relevantes do relatório: Educação, Serviço Sanitário e a Força Pública. Nesta última, percebe-se que o historiador fica indignado pelo que é exposto e, de maneira moderada, ele denuncia esses acontecimentos, principalmente no que diz respeito ao uso da violência:

“A violência institucional é descrita neste capítulo através dos contrastes mais absolutos: de parte da polícia “a legião de

criminosos, de sicário de farda... os esbirros policiais... lídimos e truculentos esbirros fardados afeitos ao crime, à desordem... espécie de encarnação do próprio terror” e parte do povo, “humilhados, perseguidos, presos, espancados e até fuzilados”, objeto de “crueldade e selvageria... do massacre em massa e impiedoso... dá intranquilidade e o sobressalto levado a todos os recantos do território goiano.” (Op.cit. p. 84)

E ainda faz a apresentação da corrupção que ocorria em Goiás antes da Revolução, por parte do Estado e por último a questão da Justiça, que dava privilégios ao profissional político. Na segunda parte do capítulo Palacin, procura relatar, de acordo com o documento o agora, como era a situação que estavam passando.

Ainda sobre a Revolução de 1930, Palacin, afirma que ela possibilitou uma consciência coletiva que levaria ao pensamento mítico.

Para os sonhos, valha a palavra 'conspirei', que define a atitude do revolucionário, com sua carga romântica de perigo, mistério, esperança e, sobretudo, indefinição aberta a todas as conspirações. Para o cotidiano e, sobretudo, irredutivelmente prosaico, uma frase que condensa todo o tédio repetitivo do burocrático: 'a nossa modesta administração'. Nada mais anti-romântico que uma administração, sobretudo se ela pode ser qualificada de modesta (op.cit. p.85).

O historiador afirma que ainda que o brilho da Revolução estivesse presente no relatório. Fazendo com que exista uma desproporção entre o que é real e o que é realizações imediatas. De acordo com esse anseio Palacin afirma que a mudança da Capital serviu como um sonho realizado de várias promessas de outros governos. E o rompimento com aquilo que era antigo, velho, com algo sonhado, algo novo, uma nova terra.

Palacin conclui o capítulo afirmando que “decididamente, os governos são os verdadeiros mestres de ficção científica.” (Op.cit. p.89) O olhar do historiador é sobre a atitude do governo para com o povo e suas realizações.

Palacin, na composição de seu livro, percorreu vários campos da historiografia, mas tomou um cuidado maior no último capítulo, evitando expor de maneira declarada o seu ponto de vista, sendo muito mais um pesquisador do que um leigo que expressa sua opinião. Quando expõe seu ponto de vista o faz de maneira cuidadosa, talvez para não conseguir nenhum desamor.



### **CAPÍTULO 3: PERCEPÇÃO DE PODER EM GOIÁS: SUBVERSÃO E CORRUPÇÃO**

#### **3.1 – Subversão como meio de controle da mentalidade coletiva**

*O poder dos reis funda-se na razão e na  
loucura do povo; muito mais, porém, na  
loucura.*

Blaise Pascal

A obra intitulada “Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina” foi publicado pela editora da Universidade Federal de Goiás no ano de 1983. Essa obra antecede “Quatro tempos de ideologia” do ano de 1986.

Em uma primeira leitura poder-se-ia caracterizá-la como um tipo de história política tradicional, baseada nas fontes oficiais porque se baseia em cartas reais, e relatórios da devassa, realizada em Goiás no século XVIII.

Mas no momento em que se realiza a leitura mais atenta da escrita palaciniana, percebe-se que é um texto com características de história das mentalidades, nova história política e o uso do conceito de representações coletivas presentes nessa obra em especial.

Às vezes, muitos dos fatos narrados por essa obra parecem se repetir em “Quatro Tempos de Ideologia”, principalmente quando se referem à obra de Pombal. Mas, na verdade, o que Palacin procura com esse texto é mostrar de que maneira ocorre a manipulação do pensamento coletivo do povo goiano pelos órgãos do poder; procura reclassificar alguns conceitos referentes aos governadores, representantes das câmaras municipais. Essa obra, portanto, pode ser considerada como um exemplo a ser tomado sobre a formação da mentalidade coletiva do povo goiano.

A primeira tentativa de Palacin de ilustrar essa representação do poder por parte do governo, encontra-se no momento em que o próprio governo procura questionar as relações sociais dos jesuítas<sup>10</sup> em Goiás. O historiador afirma que o documento expresso pelo governador chega a ser um exagero para considerar que os jesuítas em Goiás estariam organizando uma tomada de poder.

Palacin afirma que o documento transmitiu uma ideia de que os jesuítas eram um perigo para a sociedade goiana. Para rebater esta crítica documental, o historiador afirma que, na época, o número de jesuítas em Goiás e também em Mato Grosso não passava de um total de quatro (4) membros.

Palacin procura questionar a ação do governo de Lisboa e do governo Regional de criar um mito do perigo jesuíta. Esse discurso, proferido pelos órgãos do poder, irá definir que os jesuítas seriam os responsáveis pela subversão em Goiás. Sabe-se que o está, então, em jogo é a necessidade de o estado ilustrado ter o controle da Colônia, sem a intervenção da Igreja, como era o interesse de Pombal.

Na época da fundação da Capitania, Palacin afirma que D. Marco queria estabelecer uma política de paz para com os índios, para isso foi pedido aos jesuítas que doutrinassem os ameríndios e fundassem aldeias. A responsabilidade da administração dessas aldeias ficaria para o governador e as contas para os jesuítas.

---

<sup>10</sup> Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, na expedição de Tomé de Souza, tendo como superior o Pe. Manuel da Nóbrega. Desembarcam na Bahia, onde ajudaram na fundação da cidade de Salvador. Atendiam aos portugueses também fora da Bahia, percorrendo as Capitanias próximas. Com o 2º Governador Geral, Duarte da Costa (1553), chega o jovem José de Anchieta. (Fonte: <http://www.anchietanum.com.br/site/jesuitas.php> acesso 01de março de 2009 as 21:00 horas).

Palacin ao mencionar esse fato da relação governador e jesuítas, mostra que existe um conflito político-econômico entre esses grupos sociais. Além dessa crise estabelecida entre os grupos sociais de poder, Palacin menciona que havia ainda outro conflito presente na sociedade goiana: o conflito entre o governo e os índios. Esses conflitos existentes em Goiás, descritos por Palacin, são exemplos do pensamento de Balandier, para quem

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional (BALANDIER, 1982, p.7).

Nesse contexto de conflitos, o que mais marca o período é o desentendimento do Governador Wenceslau e os jesuítas em relação às contas. Palacin apresenta esse acontecimento como se fosse apenas mais um fato que representa o jogo de interesses que ali estava presente. Mas no campo das ideias, seu objetivo é demonstrar que o governador não aceita a ação de fiscalização realizada pelos jesuítas com relação às contas.

É bom lembrar que o descontentamento do Marquês de Pombal para com os jesuítas<sup>11</sup> faz parte da política adotada pelos despostas esclarecidos durante o século XVIII principalmente em torno de sua administração como primeiro ministro de Portugal.

Com efeito, esses desentendimentos com a Companhia de Jesus, (os jesuítas) o Marquês de Pombal manda algumas instruções para serem seguidas por parte do Governo. Palacin assim comenta esse fato:

---

<sup>11</sup> O Marquês de Pombal. Ab-rosa todo o poder temporal exercido pelos missionários jesuítas nas aldeias indígenas. Para esconder os fracassos da execução do Tratado de Limites da Colônia do Sacramento, culpou os jesuítas desencadeando contra eles uma propaganda terrível. No grande terremoto de Lisboa (1755), os jesuítas foram censurados por pregarem a penitência ao povo e ao governo. Por ocasião do atentado (1757) contra D. José I, rei de Portugal, os jesuítas foram acusados de alta traição. (Fonte: <http://www.anchietanum.com.br/site/jesuítas.php> acesso 01 de março de 2009 as 21:10 horas.)

As instruções dadas ao Conde a 2 de agosto de 1754, traçando diretrizes gerais de seu governo, antecipam, de fato, o que haveria de constituir o primeiro passo de Pombal contra as missões dos jesuítas: ‘ As missões de districto de Goyaz, dizem, estão encarregadas aos Religiosos da Companhia de Jesus, e a eles incumbires as aldeias que de novo se erigirem: declarando – lhes logo, que só neles lhes pertence o governo espiritual, e ainda aquele necessário econômico para a criação dos índios, mas por nenhum momento o temporal, sobre o que darei a providência que for servido’ [...] (PALACIN, 1983, p. 11).

Palacin pretende deixar bem claro que os jesuítas não deveriam intervir mais em assuntos de interesse do Estado, ocupando-se basicamente com o aspecto de evangelização dos índios e dos povos que habitavam essa região. Esse conflito apresentado pelo historiador procura demonstrar os planos do governo para poder controlar a Colônia e eliminar a presença dos Jesuítas.

Para alcançar esse objetivo foi criada a Lei de sete de junho de 1755 ordenando que os índios fossem governados pelos governadores e não mais pelos jesuítas. Palacin afirma que a criação dessa Lei é o exemplo de manifestação do poder de Pombal para combater os jesuítas. Com essa atitude iniciam-se vários conflitos entre os índios e os governadores, ocorrendo realmente um tipo de guerra. O governo irá imputar a culpa dessa guerra aos jesuítas. Os membros da Companhia de Jesus serão responsabilizados não somente pelos conflitos existentes entre governo e índios, mas também por roubos constatados na administração de Wenceslau Braz.

Palacin encerra o capítulo trabalhando o conceito de ideologia dominante, essa ideologia é a que é pregada pelo governo que defendia a ideia de que os Jesuítas queriam construir um império na América. Essa ideologia, de acordo com Palacin, apresenta-se de duas maneiras. Primeiro, os jesuítas organizaram um exército para dominar a América; segundo, os jesuítas são contra as ações dos mineiros. Esse discurso é respaldado por Pombal símbolo do poder de Portugal.

Essa conclusão estabelecida por Palacin aproxima-se do pensamento de Foucault quando ele afirma que “ um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê – para sua maior exaltação ou maior angústia – carregado de terríveis poderes” (FOUCAULT, 2008, p. 13).

Nos casos da história de Goiás, o discurso realizado por Pombal é aquele que os grupos dominantes locais desejam ouvir e acreditar. Palacin expressa esse entendimento em seu texto.

Outro mecanismo apontado por Palacin para a divulgação dessa ideologia é o uso da propaganda. Mecanismo esse que servia para preparar a opinião pública para convencer-se de que os jesuítas eram os responsáveis pela subversão ao poder metropolitano. Palacin afirma que,

[...]o estudo da documentação oficial da época em Goiás convida-nos a um alargamento do tema da propaganda ideológica, permitindo – nos enquadrar a expulsão dos jesuítas – sem que este fato perca sua singularidade e especificidade – num movimento mais amplo: a campanha dos governos do iluminismo contra a Igreja, visando a limitar sua autonomia e a forçar sua total submissão ao estado (PALACIN, 1983, p. 17)

Conclui – se que nesta primeira parte da obra “Subversão e Corrupção” caracteriza se como uma obra de história das mentalidades porque existe uma preocupação do autor em mencionar a importância cultura, como meio para a manipulação da mentalidade da sociedade goiana com o objetivo de ter o controle do poder.

Palacin, como foi dito no capítulo dois, usou o conceito de ideologia e, em especial, em um tipo de categoria, o da propaganda ideológica, para poder ilustrar como é realizada a manipulação do pensamento coletivo.

Ao usar esse conceito de mentalidade coletiva pode-se utilizar os conceitos advindos da psicologia social naquilo que se refere aos acontecimentos que envolvem as ideias e crenças de um determinado grupo social.

### 3.2 – Corrupção sob o olhar de Luís Palacin

*Raramente começa a corrupção pelo povo.*

Barão de Montesquieu

*A corrupção dos governantes quase sempre começa com a corrupção dos seus princípios.*

Barão de Montesquieu

O historiador ao efetuar uma pesquisa pode ter vários olhares sobre um mesmo objeto. Luís Palacin, na segunda parte do seu trabalho, procura observar como ocorre a corrupção na sociedade goiana, durante o período pombalino. Para tratar desse assunto, Luís Palacin divide o livro em quatro capítulos: a devassa da corrupção; corrupção: impostos e arrematação dos cargos públicos; corrupção: relaxamento das normas e controles e Formação da clientela e por último, corrupção: roubos e descaminhos da fazenda.

Para efeito de estudo, Palacin utiliza vários documentos da história de Goiás, como a própria devassa, as cartas recebidas dos governadores. Em uma dessas cartas que Palacin mostra uma prática de manter o controle da administração da capitania. Palacin afirma que ao mesmo tempo em que um governador é substituindo, outro assume já com a incumbência de realizar uma investigação (devassa) dos atos

do governo anterior. Todos os resultados são enviados para a metrópole para que a mesma tenha compreensão dos acontecimentos.

O historiador apresenta, dentro da sua metodologia, a facilidade em percorrer várias áreas da história. Por exemplo, ao usar as cartas reais e a devassa, Palacin não se preocupa em fazer uma história positivista (história política tradicional). Ele vai muito além em sua análise, procurando demonstrar os sentimentos daqueles que estão envolvidos no acontecimento, caracterizando a sua produção no campo da história das mentalidades.

Por exemplo, ao mencionar a atitude de investigação realizada pelo ouvidor por ordem do governador, Palacin afirma que “o ouvidor sindicante deve ter ficado perplexo diante de uma situação que envolvia a todos os funcionários da capitania” ((PALACIN, 1983, p. 23). O discurso feito pelo historiador é uma opinião pessoal para ilustrar o sentimento dos que estavam no processo de investigação da devassa realizada em Goiás.

Para concluir o seu pensamento, Palacin diz que, durante as investigações datadas de vinte e cinco de outubro de mil setecentos e sessenta e um (25 de outubro de 1761) constatou-se que o procedimento de tal investigação seria prisão e o sequestro dos bens do que estava sendo investigado. Algumas outras cartas mencionavam inclusive o nome dos que seriam investigados e que, sendo considerados culpados, teriam os seus bens tomados.

Essa é atitude punitiva por parte do governo para os crimes graves. Já os delitos considerados leves recebiam como punição o afastamento dos cargos e os punidos nunca mais poderiam fazer parte de um desses cargos no que se referisse à justiça e à fazenda. Palacin conclui que a investigação incidiu sobre todo o funcionalismo público da capitania, mas, em especial, sobre a figura do governador João Manuel e de Tomé Inácio.

Destaca-se que João Manuel foi a causa da reabertura da devassa, mas que foi a figura que saiu pior decorrência desse processo. Palacin afirma que João Manuel não foi considerado como desonesto,

[...], mas na situação menos airosa de marido traído: os roubos e atos de violência mais audazes de todo o longo processo são, sem dúvida,

os de Tomé Inácio, seu secretário de governo e sua “gang” de “aderentes”, praticados por assim dizer, nas barbas mesmas do governador (Op.cit. p. 25).

Palacin observa que, mesmo sendo o governador a autoridade máxima da capitania, fugia de suas mãos o controle daqueles que estão no poder juntamente com ele, tal como foi o caso de Tomé Inácio. No texto de Palacin, é interessante o uso de termos contemporâneos para ilustrar os grupos que praticavam a corrupção e os atos “nas costas” do governador, demonstrando a influência do meio político para classificar como malfeitores na formação de quadrilha e seus participantes na capitania de Goiás.

O discurso estabelecido por Palacin se aproxima do pensamento de René Remond para quem “[...] a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder [...]” (REMOND, 2003, p. 444). No estudo da história de Goiás, realizada por Palacin, o conceito de política se faz presente durante todo o texto sobre a corrupção, ilustrado com personagens reais, que fazem parte do meio político da Capitania.

O historiador procura demonstrar as qualidades de Brandão, o responsável pela devassa, talvez com o objetivo de mostrar que, mesmo sendo um agente político da coroa portuguesa, deveria ter qualidades apropriadas para o cargo de investigador. Palacin afirma ainda que Brandão era devoto da coroa portuguesa, “chegando a sentir sua causa como algo pessoal inata – perdigueiro no rastro da caça – pela própria devassa, e um senso, se bem que um tanto severo, contudo respeitável, de justiça”(PALACIN, 1983, p. 25 -26).

Brandão, como um representante da coroa torna-se símbolo do poder do Estado português e, na mentalidade coletiva, a imagem do homem honrado que representa um Estado honrado. René Remond, afirma que o político é aquele que tem uma relação direta com o Estado.

Em um segundo momento, Palacin, na sua escrita utiliza de modo prático o conceito de representação social, ao afirmar que Brandão é a representação do Estado. Palacin afirma que “se como a Igreja canoniza os seus santos, o estado reconhecesse a obscura dedicação dos burocratas, Brandão poderia certamente ser proposto como modelo” (op.cit. p. 27).



Até o momento, percebe-se que o olhar de Palacin se preocupa em analisar alguns personagens políticos presentes na devassa. No decorrer do capítulo sobre a corrupção, analisa a capitania de Goiás com base no relatório da devassa. De acordo com o relatório conclui-se o grande atraso de Goiás.

Nesse sentido, Palacin questiona a mentalidade apresentada pelo documento à respeito da devassa apresentada pelo governo. Relata que é difícil compreender como o governo permite apresentar todos os crimes cometidos pelos membros do governo central. De acordo com essa problematização a respeito da mentalidade coletiva apresentada, Palacin afirma que há duas explicações sobre essa atitude do governo. Segundo Palacin, a primeira explicação se dá a respeito de uma

Tendência de um governo revolucionário, ou mesmo reformador – como é o caso da administração pombalina – de apresentar-se como salvador, exagerando sua ruptura com o passado. Aqui caberia também a praxe comum - de cunho ideológico – nas monarquias do estado moderno, de estabelecer uma distinção absoluta entre a ação do soberano, personificação da justiça, e os empreendimentos de seus delegados, próximos ou remotos, guiados como frequência por interesses particulares, e contrários, portanto ao bem comum (PALACIN, 1983, p. 28).

Essa afirmação de Palacin sugere voltar a atenção àquilo que já foi mencionado neste trabalho sobre os conceitos de representação e o uso do poder como meio de manipulação do pensamento social. Palacin, ao mencionar o poder de Pombal, classifica-o como um governo revolucionário, mas revolucionário para quem? O historiador apresenta uma crítica à sua maneira de administrar o Estado português e sua colônia.

Ao mencionar a figura de linguagem salvadora, pergunta-se salvar de quem? O governo novamente é personificado como uma pessoa, um oficial, um representante, conforme já fora mencionado por René Remond (2003). Por último, Palacin utiliza o termo justiça que deveria ser realizada pelos oficiais da metrópole. Uma justiça, tendo como referência do documento Brandão, é um meio para demonstrar que as terras de Goiás não seriam sem lei.

A segunda tentativa de justificar o governo Palacin afirma que “seria uma tentativa do governo de desviar as queixas dos mineiros que atribuíam a decadência das minas aos pesados impostos, sob as culpas da administração passada” (op.cit. p.28). Levando-se em conta o estudo sobre o Poder fica caracterizado que essa afirmação de Palacin é uma outra estratégia utilizada pelo governo para manipular o poder e a mentalidade da sociedade goiana.

Essa prática do governo português pode ser caracterizada na leitura de Michel Foucault, na sua obra sobre o discurso, afirmando que os discursos podem se caracterizar como “as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias, as que selecionam os sujeitos que falam”. (FOUCAULT, 1996, p. 37) portanto, ao verificar o olhar de Palacin a respeito da corrupção percebe-se que o discurso apresentado por Palacin está relacionado com o pensamento de Foucault.

Ao concluir essa primeira parte, Palacin conclui o texto um quadro social que se caracteriza pela miséria nas minas em Goiás. Apresentado pelo relatório de Brandão, que confirmou que o pequeno excedente que sobrava ficava nas mãos dos poucos donos do poder na capitania. Palacin afirma que, depois que pagava os impostos à Coroa, o que sobrava ficava nas mãos desse pequeno grupo social.

Para compreender essa manipulação da cobrança dos impostos por parte das elites goianas, Palacin inicia uma análise no aspecto econômico da capitania. O historiador procura mencionar que mesmo em época de crise da mineração, continuava a cobrança de impostos. Por ser um período de crise, havia ainda uma dificuldade em se pagar o que era cobrado.

Na sua pesquisa Palacin, procura mencionar como era a mentalidade dos fazendeiros em relação ao dízimo:

[...] cobrado sobre os produtos agrícolas, poderia parecer à primeira vista, um imposto até moderado. Na realidade, porém, o dízimo era mais temido pelos fazendeiros [...]. A baixa produtividade e a difícil comercialização tornava o dízimo um pesadelo para quem se dispunha a plantar (Op. Cit. P. 35).

Além do alto preço do dízimo, outros impostos também eram muitos caros, o que favoreceu a formação de uma outra mentalidade estabelecida na capitania de Goiás.

O governo além de aumentar os impostos, também aumenta o preço na venda dos cargos públicos. Essa é uma das características da formação dessa nova mentalidade. Palacin afirma que a venda de cargos públicos era muito comum na Europa.

Essa mentalidade de venda de cargos públicos encontra-se no Estado Moderno, e tinha a sua racionalização. Essa racionalização apresentada no campo da mentalidade coletiva é trazida para Goiás. Segundo Palacin, a prática de compras de cargos públicos se justifica, pois não por não haver um funcionalismo especializado,

[...] o que se pedia do funcionário era mais a honestidade que competência. Esta premissa completava-se com outro axioma comum à lógica senhorial e à burguesia: a sólida posição financeira, exigida do comprador ou arrendador de um cargo público, era a melhor garantia de honestidade (Op.cit. p. 37).

Ao observar essa mentalidade estabelecida em Goiás, observa-se que o discurso do governo procura caracterizar os seus interesses da coroa portuguesa. No que se refere à corrupção, Palacin afirma ser a honestidade a última coisa que iria ocorrer neste contexto e diz, ainda, que as funções públicas se privatizavam:

[...] em vez de serem consideradas um serviço ao estado ou à comunidade, passavam a ser olhadas como propriedade particular, e o dinheiro, despendido em sua compra como um investimento que devia tornar-se o mais rendoso possível. Ao longo prazo, e em grandes proporções, tornava-se inevitavelmente uma chaga sempre aberta de venalidade, que envenenava as relações entre o estado e a sociedade (op.cit. p. 37).

A escrita Palaciniana caracterizada como uma história de mentalidades, no momento em que o historiador menciona que a mentalidade do grupo social se baseava na “óptica do dinheiro”, devido que a compra de um cargo era semelhante a um donativo. E esse donativo via acompanhado de outros contratos como hipoteca de bens pessoais e avalistas.

O uso do sistema de aval gerou a formação e consolidação de grupos em torno desses cargos. Palacin afirma que o verdadeiro pagador do donativo, na verdade, não era o que assumia o cargo público, mas sim o povo. O povo pagava o donativo toda vez que precisava de um serviço público e tinha que pagar por esse serviço.

A corrupção, na análise do historiador inicia-se a partir do momento que os donos dos cargos utilizam a desculpa da compra de cargos para defender o seu interesse. Outro aspecto, próximo da história política é a ação do governo em relação ao aumento de impostos aos cargos públicos, que faz com que vai prejudicar a formação de uma classe média.

Palacin volta as suas atenções à história das mentalidades, ao caracterizar a mentalidade dominante que ele classifica como mentalidade e prática do passado. O historiador procura caracterizar a corrupção do período ao afirmar que “o governo inflacionava de tal forma suas exigências pecuniárias, não é de admirar, que o clima de violência e cupidez das minas, o funcionalismo todo, de alto a baixo, extremasse de ambições”. (Op. Cit. P. 40) Palacin conclui que a corrupção iniciava desde da atitude do governo até chegar nos tesoureiros. Segundo historiador essa prática da mentalidade da época era caracterizada como um meio de roubo.

No penúltimo capítulo titulado “Relaxamento das normas e controle, formas de clientelas”, Palacin explana as relações de poder estabelecidas em Goiás e a corrupção do poder em Goiás que afirma começarem nas instâncias do Poder: “os primeiros a tentarem usar a influência de seus cargos para colocar seus protegidos nos cargos disponíveis do governo eram as altas autoridades: o governador, em primeiro lugar, e depois os ‘ministros’, ouvidor e provedor” (op.cit. p.63).

Nesse momento de sua análise sobre a corrupção, Palacin volta ao conceito de político estabelecido por René Remond, naquilo que se refere à compra de cargos é uma questão de política criada por um estilo de vida, de uma mentalidade.

A relação de poder no que refere se sobre as sociedades, de acordo com René Remond, a respeito do político afirma que “ ele se estende também às

coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo político. ” (REMOND, 2003, p. 444). Essa pessoa política na produção de Palacin, são os cargos políticos e os administradores.

A representação social ilustrada por Palacin apresenta que os administradores tinham que ter uma dignidade de vida. Essa dignidade é representada pelos altos salários que sempre tinham outro meio (corrupção) para se conseguir mais aumentos nos seus salários.

Um exemplo que Palacin menciona é que o salário do governador era superior aos outros cargos da capitania e ainda que o discurso estabelecido pelos dominantes era o de que, se fazia parte do poder, deveria viver com dignidade. Essa mentalidade era pregada pelo povo para justificar os altos salários dos administradores.

A relação das autoridades e o povo se estabelecia por meio de um discurso de poder. O historiador afirma que a ideologia pregada era que o povo deveria sentir-se honrado em ter a presença de um representante da coroa. Portanto, a mentalidade criada pelos grupos dominantes era a de um povo submisso à vontade dos donos do poder.

Ao se referir à Câmara, Palacin, afirma que ela fazia parte do meio de corrupção classificado como jogo de influências. Esse jogo configura-se como uma das manifestações do poder por parte das elites locais que utilizava todos os meios para manter os cargos públicos. Diante desta rede de influência, e quando se fala de rede poder, automaticamente surge aqueles que disputam o poder.

O que surge em Goiás, de acordo com Palacin, são os grupos rivais que começam a realizar o relaxamento do controle no funcionalismo. Um exemplo citado é a contratação de pessoas sem experiência em cargos públicos, demonstrando descaso com a lei (citar a Lei), estabelecida pela coroa. Segundo Palacin, nos termos da Lei

[...] rever este corte com efeitos, os controles estabelecidos para a nomeação dos funcionários e para a fiscalização contínua de seu desempenho no cargo formavam um sistema ao mesmo tempo rigoroso e equilibrado. O uso local, levado aos termos de consenso geral dissolvia, porém, todo o rigor e a convivência destruía todo o equilíbrio (PALACIN, 1983, p. 67).

O historiador conclui que a lei existia, mas não era cumprida, ou seja, a lei afirmava que, para a escolha de cargos, deveriam ser seguidos todos os procedimentos. Para a escolha de cargos mais importantes como a justiça e provedoria, o governador designava pessoas de acordo com uma lista feita pela câmara. Os cargos menos importantes a escolha era atribuída ao intendente, mas deveria passar pela aprovação dos fiscais nomeados pela câmara e aprovadas pelo ouvidor.

Conclui-se que, entre as funções dentro da capitania, a mais importante era a do governador e os que pertenciam à câmara. E que, para a escolha de pessoas para os órgãos públicos, era necessário que os membros tivessem idoneidade moral, competência, residência no local, sólida posição financeira e avalistas.

Na conclusão de Palacin, o que acontecia na prática é que o governador, fazendo uso do seu poder, nomeava qualquer pessoa do seu interesse e ninguém o questionava, provavelmente devido à mentalidade da época. Essa afirmação vai de encontro ao que foi dito antes sobre o político, que ele é uma representação social de um grupo social. Para a sociedade goiana o governador era a autoridade máxima, que tinha a lei em suas mãos, e poderia fazer com ela o que bem entendia.

Ainda sobre os funcionários, Palacin, afirma que todos eram ignorantes, não respeitando aquilo que está na lei, assim, nenhum cargo era executado como deveria ser, devido a essa falta de instrução. Por último, o pensamento de Palacin, vai de encontro com os pensadores do poder ao afirmar que em Goiás existia o uso da força para conseguir ficar no Poder. Um exemplo mencionado por ele é que a prática da desmoralização de cargo para colocar o protegido seja do governador ou de membro da câmara.

A última parte do livro, Palacin a titula de “Roubos e Descaminhos da Fazenda”, e relata como ocorria o roubo na fazenda. Para compreensão desse quadro vai utilizar o conceito de discurso moralizador, termo esse que o aproxima do pensamento de Foucault na sua obra a ordem do discurso, ao mencionar a primeira visão que se tem sobre as doutrinas:

[...] constituem o inverso de uma “sociedade de discurso”: nesta, o número dos indivíduos que falavam, mesmo se não fosse fixado,

tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido. A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validos [...] (FOUCAULT, 2008, p.41-42).

A relação entre pensamento de Palacin e o de Foucault caracteriza-se no momento em que procura se esclarecer que os grupos envolvidos no poder criam entre eles um tipo de doutrina, que não inclui os “outros” membros da sociedade goiana.

Procurando questionar essa moral defendida pelos governos, Palacin vai realizar uma análise de toda a receita da capitania, demonstrada por Brandão o responsável pela devassa. Na verdade, nessa última parte do livro, Palacin procura descrever com dados do documento a crise econômica de Goiás.

Durante a pesquisa para este trabalho, foi possível perceber com muita clareza que Palacin demonstra como é ilustrado através dos dados econômicos, a questão da honestidade em Goiás, confrontando com o discurso moralizador.

Ao ressaltar a questão do roubo, Palacin, que a documentação usada para o estudo seja insuficiente, pode concluir-se que o roubo “era uma prática limitada exclusivamente aos marginais da sociedade: escravos e vadios”. (PALACIN,1986p.95). Para justificar essa tendência, Palacin procura utilizar os viajantes para justificar tal pensamento.

Quando se refere à cobrança do quinto, Palacin afirma que não se roubava tal imposto pago para coroa, mas era comum desviar o quinto na hora de recolher. Segundo o historiador, na realidade,

[...] entre uma e outra coisa, um abismo na conceituação social. Apesar das pretensões do governo, ninguém considerava um roubo extraviar o ouro do quinto ou ocultar certas depoentes para a contagem do dízimo; eram considerados apenas expedientes para protegerem-se contra os impostos abusivos ou, na linguagem dos moralistas da época, transgressões de leis meramente penais (Op.cit. p.96).

Como foi dito antes a respeito de Foucault, a doutrina de um grupo transmitido para um determinado grupo, no nosso caso, a mentalidade da retirada do quinto era normal. Mesmo que o roubo fosse odiado, essa prática, na cobrança do quinto, não era considerada como tal.

Outra questão abordada por Palacin nesta última parte do livro é a respeito da reação do mineiro em relação à crise das minas. O historiador afirma que a psicologia do mineiro é atormentada pelas dívidas e pelos prazos. E para fugir destas dívidas um dos meios era a fuga ou a transferência dos bens para amigos ou parentes mais próximos. Palacin conclui que a verdadeira corrupção em Goiás ocorria devido ao relaxamento das normas (leis) e ao papel daqueles que eram responsáveis para fiscalizar essa conduta.

Portanto, nesta parte da obra, Palacin, procura tratar da corrupção. Na escrita palaciniana, encontra-se muita proximidade com os historiadores do poder, da ideologia e da nova história política.

### **3.3 – Luís Palacin e o poder político**

*Há duas maneiras de fazer política. Ou se vive para a política ou se vive da política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática.*

Max Weber



Nesta obra “Subversão e Corrupção” Palacin procurou explicar o que viria a ser a subversão e a corrupção em Goiás. Diferentemente do segundo capítulo deste trabalho, esta obra pode ser dividida em três partes que classifico como Subversão, Corrupção e Poder Político. Ao mencionar o poder político, Palacin, vai de encontro com as ideias dos intelectuais que atuam no campo do pensamento político, ou como foi dito anteriormente, próximo da nova história política.

Palacin, para compreender todos os acontecimentos relacionados à corrupção, analisa as instâncias do poder político em Goiás, principalmente a figura do governador e daqueles que fazem parte da estrutura administrativa.

O historiador, ao iniciar o capítulo, preocupa-se em realizar uma crítica ao termo absolutismo afirmando que existe um prestígio em relação à palavra absolutismo o que no seu entender, atrapalhou muitos historiadores a analisar outros campos de poder na história da humanidade.

Essa preocupação apresentada pelo historiador se faz presente também nas obras de Foucault e Balandier, conforme já mencionado no capítulo primeiro desta dissertação. Analisando a documentação sobre Goiás e as obras dos viajantes, em especial a de Augusto Saint-Hilaire<sup>12</sup>, que afirma ter os governadores um poder ilimitado. Palacin cita também Vieira<sup>13</sup> que afirmara que o poder dos governadores era “simplesmente monstruoso”. (PALACIN, 1986, p.45)

Segundo o historiador, essas conclusões em relação ao poder do governador são um erro. Para efeito de estudo, Palacin procura analisar esse fato de três maneiras possíveis que podem ser apresentadas da seguinte maneira: “1) relacionamento do governo das Capitâneas com o governo central de Lisboa; 2) estruturação do próprio governo da Capitania; 3) relações governo – sociedade”(Op. Cit. P. 45).

A metodologia utilizada por Palacin é eficiente porque possibilita de maneira didática compreender os fatos mencionados na história de Goiás. Na primeira

---

<sup>12</sup> A fonte que Luís Palacin utilizou foi a obra intitulada: August de Saint – Hilaire, Viagem às nascentes do Rio São Francisco e província de Goiás, Brasileira, vol. 68, página 49.

<sup>13</sup> Essa fonte utilizada por Palacin é de Cf. Max Fleiuss, História Administrativa do Brasil, São Paulo, 1925, página 52.

análise feita por Palacin, encontra-se uma grande influência do pensamento de Foucault sobre as relações de poder.

Segundo Luís Palacin a relação da Metrópole para com a Capitania se dava num campo que ele conceitua como micro providência que é um meio para que as ordens vindas da Metrópole fossem cumpridas, mas quem deveria o governador fazer cumpri-las, ou seja, “o governador e demais autoridades não passavam de executores de suas ordens” (op. Cit. P. 45).

Ainda realizando o estudo sobre a relação do governador com a metrópole, Palacin afirma que “ as relações entre o governador e soberano tinha muito ainda do matiz pessoal – não meramente funcional –abstrato – do relacionamento senhor – vassalo”(op.cit. 46) O historiador ao afirmar que a relação é feudal, pode concluir que esse relacionamento era de dependência.

Fica até fácil de compreender essa conclusão ao se analisar a política administrativa de Portugal: colonizar sem ter prejuízo. Por exemplo, quando se formaram as capitanias hereditárias, a Metrópole beneficiou-se muito mais do que alguns donatários. E, em relação à figura do governador, afirma Palacin que ele

era o homem de confiança do monarca, plenamente integrado, pelo sangue e educação, no sistema, e daqui provinha sua autoridade. Mas isto não altera juízo que devemos formar da extremas limitações de suas atribuições (Op.cit. p. 46).

Mas esse poder do governador, mesmo sendo limitado no campo das representações sociais, mas o povo não compreendia essa limitação de poder. O governador não podia exercer nenhuma função sem autorização do monarca, mas nem sempre essa atitude era seguida pelos ditos homens de confiança do rei.

Segundo a jurisdição “o governador – e as autoridades e seus campos, ouvidor na justiça, intendente, no campo econômico – nem nomeava os funcionários do governo, nem podia destituir, ampliar ou restringir seu campo de ação. (Op.cit. p. 46). Mas mesmo seguindo a jurisdição, quando possível o governador representava a autoridade máxima no campo da administração em nome da coroa portuguesa.

Ao se tratar da figura do governador, a escrita palaciniana, aproxima-se da ideia defendida por René Remond para quem o político é “uma construção abstrata assim como o econômico ou o social, e também a coisa mais concreta com todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada” (REMOND, 2003, p.442).

Ao relatar que o governador é uma construção abstrata, verifica-se que é uma construção da sociedade que ele faz parte, daquilo que ele representa para sociedade goiana. No caso do estudo realizado por Palacin, o governador foi, na verdade, rotulado como uma representação de poder absoluto do rei para uma sociedade em formação.

Outro ponto que pode ser exemplificado pela necessidade de tomar medidas urgentes no que se refere ao aspecto econômico para efetuar a sua administração na colônia, ou seja, no caso de precisar de mais dinheiro, o governador tinha que pedir liberação da metrópole, mas essa autorização poderia demorar vários anos. Portanto, o governador providenciava os meios para que ocorresse a liberação do dinheiro, até chegar à autorização do governo metropolitano.

Ainda a respeito do papel do político da obra de Palacin, o autor afirma que o governador era um membro da nobreza e os ministros eram os burocratas que se caracterizavam pelo conhecimento das leis e dos procedimentos de governo; conhecimento esse adquirido nas universidades e nas tradições familiares.

O historiador caracteriza que governar era “quase única reconhecida como função inerente ao exercício de governar – pela opinião pública e pelos próprios governantes – eram de manter a ordem social e administrar a justiça. ” (PALACIN, 1986, p.49)

O governador era uma pessoa nobre na sua formulação e ambíguo na execução. Ambíguo devido ser preocupado com a seu próprio sustento, mediante a arrecadação de impostos. Palacin caracteriza que a estrutura colonial se baseava na fazenda, administração e justiça, esse seria o princípio da divisão dos poderes. Afirma que, no entanto, essa divisão era um meio para garantir a dependência da Colônia para com a Metrópole, caracterizada como uma estrutura colonial dessa maneira: “fazenda, administração, justiça” (Op.cit. p. 49)

Essa importância atribuída à figura do governador ou àquele que exerce um poder político, aproxima-se do pensamento de Foucault (2007), ao afirmar que a questão do governo se relaciona com a segurança, população e governo. Foucault

classifica as formas de governo da seguinte maneira: um governo de si mesmo esse depende da moral, a arte adequadamente de governar uma família que seria a economia e a ciência de bem governar o Estado que seria a política

Essas três formas podem ainda ser divididas em duas formas principais: continuidade ascendente e continuidade descendente. A primeira diz que “aquele que quer governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar a sua família, seus bens, seu patrimônio” (FOUCAULT, 2007, p. 281).

Em sua obra, Palacin, mostrou que o governador deveria ter boa conduta, ser de família, e ter aparência para com a sociedade. O governador deveria ser o exemplo para a sociedade, criando assim uma representação do político, ou seja, o governador tinha que ter moral.

No que se refere à continuidade descendente, Foucault afirma que o Estado quando é bem governando “os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem” (Op.cit. p. 281). Essa característica apresenta-se como uma linha de conduta, que seria a política.

Portanto ascendente é a forma de governo juntamente com o descendente que acaba gerando a economia que seria a família. Esse modelo de governo apresentado é oposto ao que é proposto por Maquiavel. Na obra de Palacin, o governador, tinha atitudes maquiavélicas, mas, na proposta pesquisada por Foucault, o governador, além de ser político, ele e todos os membros do governo utilizam as práticas antimachiavélicas.

Tendo como referência Foucault, Palacin apresenta a postura correta do governador, mas, mesmo tendo uma sociedade no século XVIII, existe uma tensão entre a aristocracia (burguesia), principalmente durante o processo revolucionário e pensamentos do advindos do iluminismo.

Palacin procura adotar outra visão em relação ao poder político em Goiás, expondo as disputas políticas na capitania, que ele classifica como dialéticas, mas essas disputas iniciavam-se na própria aristocracia que tinha um desdém com aqueles vindos de Portugal e assumia cargos públicos.

Palacin assinala que um dos critérios das diferenças de classe se baseava no sangue, no caso da aristocracia, aquele que não era do grupo era, na verdade, uma grande ofensa. O historiador afirma que a luta de classe se iniciou desde o primeiro governador da capitania D. Marcos de Noronha e o ouvidor.

Segundo o historiador menciona, nessa disputa havia a intervenção dos governadores nos assuntos de outras jurisdições. Essa intervenção ocorria devido à disputa de poder na região entre os membros do governo. Palacin afirma que em uma carta o governador procura usar sua influência para diminuir um pouco o poder dos ministros.

O governador, consultado, informava ao monarca que a primeira pretensão, se aceita, suporia uma tirania intolerável sobre os povos. Quanto à segunda, aconselhava não aumentar de forma alguma a autoridade dos ministros, coisa perigosa em América (PALACIN, 1986, p.51).

Mas Palacin afirma que para a Metrópole, que detinha o poder sobre a colônia, essas divergências entre os cargos da capitania acabavam por virar um meio maior de controle na terra. Durante todos os governos que houve em Goiás, as intrigas e disputas de poder continuaram.

No que se refere aos aparelhos administrativos na capitania, tudo era atribuído à função ao governador. Conforme já se afirmou, o governador, de acordo com a lei, deveria ser uma pessoa de confiança. Portanto, a administração pública deveria ser fiscalizada, mas havia ainda uma grande corrupção, principalmente em relação à cobrança de impostos.

O poder público em Goiás é diluído em várias regiões. Apresentava-se um tipo de poder local, principalmente, os juízes são eleitos pelos homens-bons, dando origem ao que classifica como coronelismo.

A disputa de poder entre a câmara e o governador é novamente descrita por Palacin,

O governador representava os interesses da metrópole; a câmara, os interesses locais. O governador, a nobreza lusitana; a câmara, a mestiça nobreza da terra. O governador – embora esta situação se apresentasse com frequência invertida – o bem comum, a câmara as conexões familiares e de compadrio (op.cit. p. 55).

Nota- se novamente a influência do pensamento de Foucault e atribuições já citadas sobre a arte de governar, mesmo ocorrendo uma disputa de poder central e o poder local. Os preconceitos de sangue e de classe social se fazem presentes nessas relações de poder.

Na parte final no que diz respeito ao poder político, Palacin procura mencionar o papel da câmara e o seu poder nas localidades de Goiás. O historiador afirma que existe certa ambiguidade nesse poder da câmara.

[...] com um poder político de decisão diminuto – embora chamada para contrabalançar o poder o governador na escolha do funcionalismo, e em decisões colegiadas – mas com uma disponibilidade econômica muito maior; por tradição e interesses opostos aos das autoridades superiores, governador e ouvidor, por eles fiscalizada e deles dependendo, mas tendo que conviver com eles na estreiteza do meio social participando de fraquezas e intrigas (op.cit. p.570).

No campo da representação social, as câmaras eram vistas como um local em que as eleições eram fraudulentas e por serem produto de suborno. Essa mentalidade de desprezo apresentada por Palacin se faz sentir nos relacionamentos das autoridades locais.

Palacin conclui o capítulo mostrando que as relações de poder se davam em rede de sutil oposição, e de conveniências. A forma que se encontrava para manipular essa rede era a formação do clientelismo que ficava em torno dos donos do poder.

Por último, a escrita palaciniana, apresenta características da nova história política. Segundo Remond (2003), o político ou aquele que está no poder é a expressão do pensamento coletivo de um determinado grupo social.

Por fim, a cultura política é o comportamento de um povo. Como vimos no caso de Goiás, o poder do governador, dos aristocratas, dos ministros, coronéis, é a representação de uma sociedade em formação durante o século XVII – XIX.

## CONCLUSÃO

A história é uma das ciências humanas que mais se relaciona com as outras áreas do conhecimento, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, a evolução da história, influenciou e influencia muitos historiadores contemporâneos. A evolução da história durante toda a sua existência levou muitos historiadores a mudarem de postura ou torna se flexíveis em outros campos da historiografia.

O historiador espanhol Luís Palacin não foi uma exceção nesse processo de construção do pensamento histórico. Recebendo influência das novas correntes da história, que se faz presente em suas obras uma das preocupações foi tratar de dois assuntos de extrema importância para o estudo da história: ideologia e poder.

Ao se estudar o conceito de ideologia, verificamos uma aproximação da escrita de palaciana ao novo conceito de história política, ou seja, nova história política. Uma corrente historiográfica que não fica mais presa aos documentos oficiais, mas que possibilita várias interpretações sobre um mesmo documento. Constatando que um documento pode ter várias interpretações, vários olhares, vários discursos.

Nessa reflexão sobre a importância do documento, verificamos a necessidade do retorno da memória para a sociedade em geral. A memória histórica

pode ser utilizada como meio de manipulação social ou de formação de uma consciência política.

Essa manipulação do pensamento político foi ilustrada por Palacin ao apresentar a figura do Anhanguera como um herói das capitâneas, usando questionamentos do conceito de representação social. Na mentalidade coletiva o bandeirante era um herói, aquele que desbravou o sertão, que descobriu as minas em nome de algo maior: a coroa portuguesa.

As obras de Luís Palacin são documentos de um estudo teórico, intelectual, de uma ideia, de uma hipótese que ele desenvolveu nos seus estudos. É um estudo teórico porque se observa uma grande quantidade de fontes documentais, vindas de arquivos públicos. Ilustrando o esforço do pesquisador em comprovar a sua teoria de maneira empírica, mas, não de maneira isolada como se a produção historiográfica fosse uma verdade absoluta.

Pelo contrário, o historiador em suas obras, realiza críticas em relação a essa produção, como se fosse uma verdade absoluta. No decorrer da leitura de “Quatro tempos de ideologia”, principalmente, ele critica duramente as fontes de pesquisa utilizada por adotar essa possibilidade de escrita positivista.

Por outro lado, na obra de Palacin encontramos características do positivismo, historicismo, política e conceitos vindos da psicologia social. No estudo sobre ideologia e poder os conceitos de representação social são essenciais para compreensão da sociedade de uma época.

Como foi apresentado nesta dissertação no capítulo 2 titulado como Palacin uma análise historiográfica de “Quatro tempos de Ideologia”, foi possível perceber que o historiador Luís Palacin procurou fazer um tipo de história empirista, mas com características da história cultural. Questionando o termo ideologia e como era utilizado esse termo na sociedade goiana. Palacin procurou nesta obra realizar uma reflexão sobre o poder e a ideologia em quatro períodos diferentes, demonstrando o poder pode agir dentro de uma sociedade.

Na verdade, o texto, leva a uma reflexão sobre a sociedade goiana e seu imaginário político. Esse imaginário que faz se representar pela criação do mito do herói, depois, com a figura do governador, ou daquele que este presente nos órgãos de poder. Ilustrando as disputas políticas pela região.

E sendo crítico em relação a aos rumos da política goiana no século XVIII para o século XIX. Palacin procurou também como um historiador realizar uma crítica



documental, em especial na obra de Silva e Souza. Levantando questionamentos sobre os seus relatos a respeito da integridade da história oral.

Ainda nesta obra Palacin procura desmontar as estruturas do poder político e a autoridade daqueles que estão no poder: câmaras municipais ou governadores. E no que refere – se ao século XX a Revolução de 1930, Palacin, coloca se como um historiador que observa os fatos estabelecidos, que relata os acontecimentos que envolveriam o povo goiano.

No terceiro capítulo desta dissertação procurei apresentar uma pesquisa sobre a obra “Subversão e Corrupção”. Capítulo este titulado como percepção de poder em Goiás: subversão e corrupção. Como mencionei anteriormente, a análise desta obra não seguiu a sequência pré-estabelecida pelo autor. Procurei estudar primeiramente como Palacin classifica o que vem a ser subversão, no caso, de Goiás os descontentamentos em relação a presença dos jesuítas, causando um desacordo com o ministro de Portugal.

Depois procurei analisar o que viria a ser essa chamada corrupção em Goiás, principalmente como Palacin faz uso dos pensadores da história política, da história do poder e da história social, para compreender esses acontecimentos fraudulentos na capitania. Principalmente a disputa de poder entre o governador e os membros da câmara municipal.

E por fim, foi apresentado como era exercido o poder na capitania de Goiás, em torno do governador, até mesmo criando um imaginário sobre essa figura política, a criação de um certo clientelismo, termo esse usados posteriormente na história do Brasil, durante a República velha, mas essa prática já era usada no Brasil do século XVIII e XIX.

Portanto o estudo sobre o poder nas obras de Palacin, não é um assunto encerrado, a final das contas, a história não é uma verdade absoluta, e sempre está sendo feita novas leituras sobre os acontecimentos. Pretendo, no doutorado, procurar aprofundar um pouco mais sobre outra obra de Palacin intitulada “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás – O padre João e as Três Revoluções de Boa Vista” como exemplo concreto sobre o uso do poder local sobre uma determinada sociedade. Resgatando a memória histórica do povo goiano, principalmente, no que se refere ao poder político.

Espero que essa dissertação seja fonte de leituras para outros professores – pesquisadores e que apresentem aos futuros historiadores que o estudo sobre as

práticas políticas e, principalmente, sobre o poder não está terminado. E que com o uso de leitura de acordo com história cultural, pode sim gerar uma história crítica e revolucionária.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BALANDIER, George **O poder em cena**. Brasília: Ed. UNB, 1982

BARROS, José D'Assunção. Uma profusão de Domínios (A diversidade de domínios históricos, a biografia, mutações, conclusão). In.: **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2004 (p.186 – 211)

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. Mentalidade e Ideologia. In: **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. P.128 -134

------. Poder. In: **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. P.108 – 112

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.375- 399

CORREIA, C.H.P. **História Oral: teoria e técnica**. Florianópolis, Ed. Univ. Federal de Santa Catarina, 1978.

D'Alessio, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In.: SALLES, Cecília Helena de, PRADO, Maria Ligia Coelho, JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. (Org.) **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 13 – 21

DUBY, Georges. **A história contínua**. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.

FALCON, Francisco. História e Poder. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p.61- 89

\_\_\_\_\_. História das Idéias. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p.91- 125

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. Genealogia do Poder **In: Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Gral, 1979.

HOBBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2001. p. 17 - 44

JOUTARD, P. *Esas voces que nos llegan del pasado*, México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

LANG, A.B.S.G. *et al.* **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU.** São Paulo, Humanitas, 1998

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **História e Memória.** São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de história oral.* 2ª ed., São Paulo,, Loyola, 1998.

PALACIN, Luís. **Subversão e Corrupção – Um estudo da administração pombalina em Goiás,** Goiânia, Editora da UFG, 1983, 118 p;

\_\_\_\_\_. **Quatro Tempos de Ideologia em Goiás,** Goiânia, Cerne, Bolsa de Publicações José Décio Filho, UBE-GO/Governo de Goiás, 1986, 94 p;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

SIRINELLI, Jean – François. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por Um História Política.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. P. 231-270

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teorias da História.** Brasília: UNB, 2001.

THOMPSON, P. *A voz do passado.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1992

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In.: CARDOSO. Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus,1997. p.127-162

WINOCK, Michel. As Idéias Políticas. In: REMOND, René. **Por Um História Política.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. P. 271 - 294

## ARTIGOS E ENSAIOS

BORGES, Vavy Pacheco. História Política: Totalidade e Imaginário. *Lua Nova revista de cultura e política*. São Paulo, 1996, nº 17 p. 151 – 159, 1995.

## DISSERTAÇÕES

SILVA, Rogério Chaves da. *O JESUITA E O HISTORIADOR: A produção historiográfica de Luís Palacin sob o prisma da Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen*. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

## SITES

[http://desciclopedia.org/wiki/Louis\\_Althusser](http://desciclopedia.org/wiki/Louis_Althusser)

[http://www.pensador.info/autor/Georges\\_Duby/](http://www.pensador.info/autor/Georges_Duby/).

<http://www.anchietanum.com.br/site/jesuitas.php>